



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 3ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Homenagear o Partido Comunista do Brasil – PCdoB – pelos 90 Anos de sua Fundação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário
2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário
3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS



ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/4/2012

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de placa - Palavras do Deputado Carlin Moura - Palavras da Deputada Federal Jô Moraes - Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel - Palavras do Sr. Walter Sorrentino - Exibição de vídeo - Homenagem à Vereadora Lucília Rosa - Homenagem à Guerrilha do Araguaia - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Carlin Moura - Celinho do Sinttrocel - Doutor Viana - Rogério Correia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Partido Comunista do Brasil - PCdoB - pelos 90 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Walter Sorrentino, Secretário Nacional de Organização do PCdoB, representando o PCdoB; a Exma. Sra. Jô Moraes, Deputada Federal; os Exmos. Srs. Tilden Santiago, Diretor de Meio Ambiente da Copasa e ex-Embaixador do Brasil em Cuba, representando o PSB; e Sant Clair S. Terres, Vice-Presidente do PMDB de Contagem; a Exma. Sra. Maria Lúcia Scarpelli, Vereadora, representando os Vereadores do PCdoB; os Exmos. Srs. Deputados Carlin Moura e Celinho do Sinttrocel, coautores do requerimento que deu origem a esta homenagem; Deputados Adelmo Carneiro Leão, Doutor Viana e Rogério Correia; Wadson Ribeiro, Vice-Presidente do PCdoB; Pedro Romano, Diretor da UNE; e Rafael Leal, Presidente da UEE-MG; a Exma. Sra. Isadora Scórcio, Presidente da UCMG-MG; os Exmos. Srs. Flávio Nascimento, Presidente da UJS-MG; Alexandre Braga, Presidente da Unegro; Zito Vieira, Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte; Alexandre Torres, representante da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais – Fameng –; Marcelino Rocha, representante da Fite Metal; Wellington Teixeira Gomes, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Fitee



–, representando o Presidente, Edson de Paula; e Gilson Luiz Reis, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Minas Gerais – CTB Minas –; a Exma. Sra. Maria Bebela Ramos Siqueira, Presidente da União Brasileira de Mulheres – UBM – e do Movimento Popular da Mulher – MPM –; e o Exmo. Sr. Ivo Mendes Filho, Prefeito Municipal de Ibiá, representando os Prefeitos do PCdoB.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo cantor Fabinho do Terreiro, acompanhado pelo instrumentista Fernando Bento.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Sr. Secretário Nacional da Organização do PCdoB, Walter Sorrentino, seja muito bem-vindo à Casa do povo; Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes, esta mulher iluminada, abençoada, guerreira, diletta amiga; Exmo. Sr. Deputado Estadual Carlin Moura, sempre combativo, dileto amigo coautor do requerimento que deu origem a esta reunião; Exmo. Sr. Deputado Celinho do Sinttrocel, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, coautor do requerimento que deu origem a esta belíssima reunião; fraterno amigo Tilden Santiago, possuidor de uma bela trajetória de vida; quero saudar aqui o Deputado Adelmo Carneiro Leão, esta mente iluminada do Parlamento de Minas; Deputado Rogério Correia, firme, determinado na defesa da população de Minas; quero saudar com muita alegria as Vereadoras e os Vereadores aqui presentes; quero registrar o meu encantamento pela presença das trabalhadoras e dos trabalhadores; quero assinalar a presença sempre entusiasmada, alegre, festiva e aguerrida da juventude mineira e da juventude brasileira, com um abraço fraternal à UJS; registro e agradeço a presença da imprensa – muito obrigado –, que tem papel decisivo e fundamental na construção de um país cada dia melhor, mais próspero, mais desenvolvido e que nos apresenta, permanentemente, novos rumos e caminhos; senhoras e senhores: a luta pela transformação de nosso país, pela conjugação de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, a ênfase nas políticas sociais, a valorização do trabalho e a afirmação da soberania nacional são marcas do Partido Comunista do Brasil, agremiação cujas nove décadas de existência ora celebramos. São 90 anos de militância que nos permitem reviver momentos fundamentais da história de nosso Brasil.

Querido Deputado Doutor Viana, o PCdoB é herdeiro de uma longa tradição de lutas que remonta ao surgimento do movimento operário no País, com seu ímpeto insurgente e seus ideais libertários nas primeiras décadas do século XX. Esse movimento, Sanclair, aguerrido, impulsionaria várias greves importantes e seria responsável pelas conquistas dos primeiros direitos trabalhistas do proletariado brasileiro.

Na década de 20, surge, em convenção formada por delegados oriundos de nove Estados, o Partido Comunista do Brasil, que adota a sigla PCB. Nessa década basilar, é fundado o pioneiro jornal “A Classe Operária”, órgão de imprensa popular que existe até hoje e trilhou atribulada trajetória, tendo sido proibido e passado a circular clandestinamente em diversas ocasiões. Data também dessa fase o aparecimento do Bloco Operário e Camponês – BOC –, vinculado ao sindicalismo nascente, além da primeira conquista do jovem partido nas urnas: a eleição de dois Vereadores para a Câmara do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A década de 30 assiste a um recuo na política do partido, em virtude de sua oposição ao governo Vargas, mas não se torna periférico nem perde a garra dos primeiros tempos: integra a Aliança Nacional Libertadora – ANL –, opondo-se ao nazifascismo, que avança no mundo. A ANL é rapidamente proscribida, e em resposta os comunistas protagonizam uma insurreição em 1935, também subjugada pela ditadura estadonovista. A agremiação, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ingressa nos anos 40 na clandestinidade, sendo alvo de dura repressão. É, todavia, nesse período que despontam lideranças comunistas que se mostrariam fundamentais no futuro, como João Amazonas e Pedro Pomar.

A redemocratização, Deputados Celinho do Sinttrocel e Carlin Moura, permite o retorno dos comunistas à política eleitoral. De pronto, há vigoroso aumento da filiação, resultando na eleição de Luiz Carlos Prestes para o Senado e de vários parlamentares para a Câmara dos Deputados.

O início da guerra fria põe, abruptamente, fim a essa fase de efervescência política: os mandatos dos congressistas são cassados pelo governo do Gen. Dutra, e o partido, mais uma vez, é colocado na ilegalidade. A década de 50 alvorece com a agremiação afastada da política representativa, à qual só retornará após longos anos. A militância, essa militância que aqui estamos testemunhando, entretanto, continua com atuação no movimento operário, em lutas pela terra e na vitoriosa campanha “O petróleo é nosso”, é do nosso povo, é da nossa pátria, é dos brasileiros e brasileiras.

Do crucial ano de 1962 data a cisão no Partido Comunista, fruto de discordâncias ideológicas e de estratégia política, da qual emergiria o atual PCdoB. A conturbada década de 60 avança, com o recém-organizado partido fazendo intensa oposição aos militares que haviam ascendido ao poder, com engajamento dos estudantes em seus quadros e opção pela luta armada, o que lhe rendeu feroz perseguição, perseguição essa que prossegue no decênio seguinte, no qual o PCdoB combate veementemente o regime autoritário. Vários militantes pagam com suas vidas pelo envolvimento na Guerrilha do Araguaia. Perecem ainda lideranças históricas do Partido, quando as forças repressivas invadiram uma reunião clandestina, no episódio que ficou conhecido como a Chacina da Lapa, em 1976. Desse momento até a promulgação da Lei da Anistia, um grupo dirige, do exílio, as atividades da agremiação. O retorno à política representativa e à legalidade só ocorrerá em 1985, com o fim da ditadura.

O PCdoB obtém seu registro no TSE e elege, no ano seguinte, cinco Deputados, que têm ativa e intensa participação na Constituinte, a qual resultaria na Carta Magna, apelidada de Constituição Cidadã, em razão dos avanços democráticos que representou. Integra, desde 1989, a aliança com o Partido dos Trabalhadores para a eleição presidencial, por meio da qual ajudou a eleger a atual Presidente Dilma Rousseff.

Em 2003 Jô Moraes se torna a primeira afiliada do partido a ocupar assento nesta Casa, exercendo com brilhantismo o mandato que lhe é outorgado pelo povo mineiro. Parabéns, Jô, continue brilhando, fazendo o bem e edificando essa bela história de vida, a serviço de Minas, a serviço do Brasil, e abraçando a verdadeira e sábia vida pública como verdadeiro sacerdote. Tive a felicidade de tê-la



aqui, neste solo sagrado, e relembro, amiga Jô, as suas lutas, as suas afirmações, os seus debates, acima de tudo o seu patriotismo, e o amor, o amor ao próximo, ao semelhante, à causa pública, ao bem comum.

Atualmente integram este Parlamento os Deputados Carlin Moura e Celinho do Sinttrocel, membros do PCdoB, que se destacam também por sua probidade e seriedade. Parabéns, Carlin Moura; parabéns, Celinho do Sinttrocel.

Cumprimento também o ilustre Secretário de Organização do PCdoB, Walter Sorrentino, bem como os militantes que aqui se encontram, alma do partido, que nos honram com sua presença. O PCdoB chega aos dias de hoje com a experiência inédita de participar do governo e de exercer a liderança na Câmara dos Deputados, sem, contudo, perder sua independência e sua orientação ideológica. Experimenta hoje uma etapa de fortalecimento, com o aumento do número de filiados e da influência na sociedade.

Senhoras e senhores, o PCdoB traz também muitos projetos para seguir contribuindo, com criatividade, garra e ousadia, para o desenvolvimento de nosso país, e para seguir lutando, bravamente lutando, por melhores condições de vida e trabalho para brasileiros e brasileiras. Em nome deste Parlamento, que partilha de seu ideal de respeito pela diferença e pelo debate essenciais à democracia, parabênize o PCdoB por seu aniversário e transmito votos de vida longa e prosperidade.

Parabéns, PCdoB! Minas precisa muito de vocês. O Brasil conta com os filiados aguerridos do PCdoB. Mãos à obra. Vamos continuar escrevendo essa obra, essa bela história a favor de Minas, a favor de um Brasil mais justo, mais solidário e muito mais igualitário. Parabéns por essa linda história recheada de conquistas e de realizações.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Walter Sorrentino, Secretário Nacional de Organização do PCdoB, de placa alusiva a esta homenagem. A placa entregue traz os seguintes dizeres: “Lutar pela soberania da Nação, pela democratização da sociedade e pelo progresso social. Esses são os pilares da história do Partido Comunista do Brasil – PCdoB –, fundado em 25/3/22. Primeiro partido a dar voz à classe operária, o PCdoB é a legenda política mais perene no Brasil, e sua atuação foi marcante em momentos de grande importância na história do País. Mais ativo, revitalizado e confiante, o Partido mantém seu compromisso com a defesa do trabalhador e com o ideal de transformar o Brasil numa Nação próspera, livre, amante da paz e da solidariedade entre os povos. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à pujança do Partido Comunista do Brasil, tem a satisfação de participar da comemoração dos seus 90 anos e de lhe prestar esta justa homenagem”.

O Sr. Presidente – Convido o Deputado Carlin Moura, o Deputado Celinho do Sinttrocel, presenças sempre ilustres, e, evidentemente, a nossa querida amiga Jô a entregarem a placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Deputado Carlin Moura

Boa noite, senhoras e senhores. Quero fazer o nosso agradecimento ao Deputado Dinis Pinheiro e registrar, de público, que o Presidente Dinis Pinheiro, com muita altivez, tem conduzido os destinos da Assembleia de Minas Gerais à altura que sempre esteve o Parlamento mineiro. Destaco, Sr. Presidente, que esta Casa, sob a sua Presidência, cumpriu papel fundamental para a Nação brasileira, quando Minas Gerais, por meio desta Assembleia e sob a Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão, foi a primeira unidade da Federação brasileira a levantar a discussão da dívida pública dos Estados brasileiros, bandeira com a qual o PCdoB está em plena sintonia. Minas Gerais, que devia R\$15.000.000.000,00 em 1998, já pagou R\$21.000.000.000,00 e ainda deve R\$59.000.000.000,00. Até 2028 terá pago R\$77.000.000.000,00 e ainda restará um saldo devedor de R\$65.000.000.000,00, a serem quitados em 10 anos. Esse é o modelo de financiamento do Estado brasileiro, que se demonstrou falido. Está na hora de o Brasil ter a coragem e a grandeza de modificá-lo e de repactuar essa dívida. Registramos, então, que a Presidência do Deputado Dinis Pinheiro teve a coragem e a altivez de constituir a Comissão Especial, tão bem presidida pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão. Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pelo trabalho.

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, por gentileza, assente-se aqui para dirigir os trabalhos. Disse a nossa amiga Jô que tinha outro compromisso agendado, mas fez questão de trazer o abraço do meu coração e participar de perto deste momento tão vivo, tão alegre e especial para todos nós, para todos aqueles que sempre abraçaram as coisas boas da vida.

Desejo a vocês todo o sucesso, toda a alegria. Continuem servindo patrioticamente ao nosso país. Um abraço especial ao Carlin, ao Celinho e a todos vocês. Parabéns, PCdoB. Por gentileza, Carlin Moura.

Palavras da Deputada Federal Jô Moraes

Queria agradecer de coração ao Presidente da Assembleia de Minas, Dinis Pinheiro, que tem uma importante tradição democrática de convivência com todas as forças políticas. Deixo um abraço muito especial à senhora sua mãe, que, aos 82 anos, trabalha na Escola Helena Antipoff e dá o melhor da sua energia pelos jovens desta terra. Obrigada, Presidente. Bons ventos o levem.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Com a palavra, o Deputado Celinho do Sinttrocel.

Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel

Boa noite, camaradas, companheiros e companheiras presentes. Quero saudar a Deputada Federal Jô Moraes, em cuja pessoa cumprimento todas as mulheres que compõem a Mesa e também as que estão presentes neste Plenário. Cumprimento o companheiro, amigo e camarada Walter Sorrentino, na pessoa de quem saúdo os camaradas filiados ao PCdoB. De forma especial, cumprimento o Deputado Estadual Rogério Correia, em cuja pessoa saúdo todos os Deputados presentes.

Caros camaradas, a história de luta do povo brasileiro é uma das mais belas páginas da humanidade.

Não foram poucas as vezes em que o povo brasileiro deu seu suor, seu sangue e sua vida em defesa da democracia, da independência, de uma sociedade mais igualitária e na defesa da Pátria. Desta nossa Minas Gerais mesmo surgiram os mais fortes brados pela independência nacional, com nossos incondientes no século XVIII. Por toda Minas Gerais, centenas de quilombos foram constituídos na luta pelo fim da escravidão; fim tardio, pois há menos de 125 anos, em nosso país, um ser humano era legalmente dono de outro ser humano.



Nessa história de luta e sangue, no início do século passado, composta pelos imigrantes europeus e negros recém-libertos, a então incipiente classe operária, começou a deixar suas marcas pela nossa história, em 1917, na greve geral de São Paulo, que este ano completa 95 anos. O País se modernizava, os artistas buscavam descobrir os caminhos de uma nacionalidade própria. Em 1922, a Semana da Arte Moderna demonstrava claramente esse momento. Nesse mesmo ano, nesse mesmo ambiente, em 25/3/1922, houve um importante marco histórico para a classe operária no País: a fundação do Partido Comunista do Brasil.

O povo brasileiro continuou a escrever sua história e, a partir de então, sempre tendo como parceiros, muitas vezes condutores, os comunistas organizados agora no seu partido. Não foram poucas as batalhas desde então, como a coluna invencível de Luís Carlos Prestes, na década de 20; a luta antifascista, nas décadas de 30 e de 40; a luta pelo petróleo para os brasileiros, na década de 50; a luta pelas reformas de base, no início dos anos 60; a luta pela defesa da democracia, nos anos 70; a luta pela redemocratização, nos anos 80; a luta contra o neoliberalismo na última década do século XX e pela construção de um país independente e soberano, nestes últimos anos. Muitos democratas e patriotas deixaram sua marca em todos esses anos, seja nas ruas, nas escolas, nas garagens, nas fábricas ou nos palcos, sempre na intransigente defesa da democracia, do País e do socialismo.

Dos palcos e livros veio a parte mais avançada da inteligência nacional: nosso Deputado Jorge Amado, Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, nossa deputada Lecy Brandão, Martinho da Vila e tantos outros. Inúmeras pessoas escreveram essa história. Centenas de milhares de anônimos, na sala de aula, na garagem da empresa, no chão da fábrica, no meio da selva, em todos os cantos dedicaram sua vida à nossa causa e ao PCdoB.

Não foi fácil essa construção histórica dos comunistas, assim como não é fácil a vida do povo brasileiro. Em muitos momentos, houve a luta diária pela sobrevivência do partido, que muito se assemelha à luta diária pela sobrevivência dos trabalhadores, muitos deles, até hoje, em situação de semiescravidão. Milhões de brasileiros pereceram, e muitos de nossos lutadores também tombaram pelo caminho. Não foi fácil a luta para fazer garantir o simples direito da nossa fala. Muitos foram os ataques, quase todos de ódio dos poderosos e da elite, quase sempre a serviço dos interesses do exterior e do capital internacional.

Hoje, o Partido Comunista do Brasil cresce e se encontra em uma situação em que grandes e novas possibilidades surgem. O PCdoB disputará as eleições deste ano em diversas capitais do Brasil, com amplas chances de lograr vitória em algumas delas e de seguir administrando capitais pelo País, como, hoje, é administrada Aracaju, um cenário só visto, nesses 90 anos do pós-guerra, nas eleições de 1945.

Em Minas Gerais, os desafios não são menores. Disputaremos dezenas de Prefeituras e, com certeza, elegeremos dezenas de Vereadores. Nossa bancada parlamentar poderá disputar as duas mais importantes cidades de Minas Gerais: Contagem e Coronel Fabriciano, ambas com chances reais de vitória, as duas com uma enorme classe operária com uma longa história de luta. Essa tarefa não é e não pode ser de uma pessoa, nem mesmo de um diretório, mas de todo o coletivo partidário.

Camaradas, 90 anos não são 90 dias. Nossa história não é igualável à de nenhum dos inúmeros partidos da história do País, e é comparável a poucos do mundo. Nossa trajetória, mais que nos honrar, é guia para as lutas que virão.

Nesta tribuna da Assembleia, desde o primeiro discurso feito nesta Casa, tenho repetido que estou Deputado, sou mesmo é sindicalista e trabalhador rodoviário. Esse é o nosso compromisso com o qual tenho honrado, nesta Casa, a história de 90 anos dos comunistas no Brasil. Muito obrigado e viva o PCdoB.

Palavras do Sr. Walter Sorrentino

Querido e Exmo. Sr. Deputado Estadual Carlin Moura, que preside os trabalhos e é coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, juntamente com o nosso querido companheiro e Exmo. Deputado Celinho do Sinttrocel, nas pessoas de quem agradeço as homenagens da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, extensivo ao Deputado Dinis Pinheiro, que pronunciou um discurso muito preciso, sincero e claro. Deixo o agradecimento da Direção Nacional do PCdoB por esta sessão de homenagem aos 90 anos do partido. Exma. Deputada Federal Jô Moraes, camarada e companheira de tantos e tantos anos de lutas em comum, na pessoa de quem saúdo todas as mulheres presentes, juntamente com a nossa Presidente da UBM; companheiros de nossa juventude, que homenageio na pessoa de Rafael, da UEE; nossos parlamentares; a atual Vereadora Scarpelli e mais alguns futuros Vereadores que estão também nesta Mesa, com quem trabalharemos bastante no fim do ano; nossos companheiros sindicalistas; muitos companheiros e companheiras que estão conosco há tantos anos de jornada. Permito-me saudar a todos nas figuras de Gilse Cosenza e Dalva, nossa eterna Presidente do partido em Belo Horizonte, para quem peço uma salva de palmas.

Enfim, companheiros, companheiras, camaradas, militantes, amigos, filiados do partido, minha palavra deve ser breve. Peço ao pessoal do Cerimonial, se for possível, que me traga a placa aqui, pois os companheiros não puderam ler as suas palavras e queria lê-las. Minhas palavras serão breves. São palavras muito sentidas, de agradecimento pelas homenagens recebidas nesta noite por parte da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que tem uma larga tradição de lutas democráticas, que foi uma caixa de ressonância dessas lutas em nosso país, as quais partilhamos juntos, sobretudo durante o regime militar.

Essas homenagens nos honram e emocionam. A placa que recebemos das mãos do Presidente Dinis Pinheiro diz o seguinte: “Lutar pela soberania da Nação, pela democratização da sociedade e pelo progresso social. Esses são os pilares da história do Partido Comunista do Brasil - PCdoB -, fundado em 25/3/1922. Primeiro partido a dar voz à classe operária, o PCdoB é a legenda política mais perene no Brasil, e sua atuação foi marcante em momentos de grande importância na história do País. Mais ativo, revitalizado e confiante, o partido mantém seu compromisso com a defesa do trabalhador e com o ideal de transformar o Brasil numa nação próspera, livre, amante da paz e da solidariedade entre os povos. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à pujança do Partido Comunista do Brasil, tem a satisfação de participar da comemoração dos seus 90 anos e de lhe prestar esta justa homenagem. Belo Horizonte, 12/4/2012. Deputado Dinis Pinheiro”.

Precisamos dizer que 12 de abril é a data de 40 anos do Araguaia, ocasião em que os melhores filhos da Pátria deram sua vida, seu sangue, pela democracia.



Agradeço esta homenagem, em nome da Direção Nacional, ainda mais sentido e emocionado, porque ela vem desta Casa, como já dissemos. Recebemos essas homenagens, companheiros e companheiras, como um tributo não só a nosso partido, mas também à própria democracia brasileira, à pluralidade, à liberdade política, enfim, pela qual o PCdoB se bateu durante todas estas décadas.

Como lembrou o Presidente Dinis Pinheiro, nesta Casa também travamos juntos os nossos debates, com a combativa Jô Moraes, esta inesgotável batalhadora das causas populares. Essa luta é continuada hoje por este brilhante político que é Carlin Moura, futuro Prefeito de Contagem - aqui eu posso dizer -, e também por Celinho do Sinttrocel, que não fica atrás e será o futuro Prefeito de Coronel Fabriciano.

Então, companheiras e companheiros, estas homenagens nos estimulam pelo convívio reciprocamente respeitoso que o PCdoB alcançou com todas as forças políticas do País, aqui hoje bem retratadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Há poucos momentos, na TV Assembleia, me perguntavam: Como foram possíveis 90 anos? A que atribuímos 90 anos de trajetória ininterrupta do mais antigo Partido do País?

Respondi que não é muito simples falar sobre esses 90 anos, mas, se tivesse de resumir em uma palavra, eu diria convicção, consciência. É um partido que participou durante 90 anos da luta política do Brasil e, durante 61 deles, foi clandestino, perseguido, ilegal. Assim, devemos compreender que, nessas condições, só prosperam, historicamente, os que têm convicções nas próprias ideias, nos próprios ideais. É daí que nasce a nossa força, com a qual nos dirigimos ao povo, recebemos o seu apoio e, hoje, procuramos representá-lo.

Esta homenagem, Presidente Deputado Carlin Moura, representa um dia de festa não só para o PCdoB, mas também para Minas Gerais; um dia de festa para o Brasil; um dia de festa para a liberdade; um dia de festa para o povo mineiro. Muito obrigado, Deputado Carlin Moura, que preside esta Mesa. Muito obrigado a vocês, militantes e lideranças partidárias.

Tudo que aqui foi dito são palavras que nos estimulam ainda mais a seguir adiante. Não devemos ter falsa modéstia, porque nos sentimos muito orgulhosos destes 90 anos. Tenho certeza de que esse é um orgulho muito legítimo. Isso não quer dizer nenhum exclusivismo, muito pelo contrário. Nós, com estes 90 anos, somos um partido voltado para o futuro, e o futuro começa no presente. Quando pensamos no futuro, não esquecemos o nosso passado. Essa é uma questão muito importante, porque é um passado feito de coerência, luta patriótica, compromisso profundo com o desenvolvimento soberano do País, sempre compreendendo que desenvolvimento e afirmação nacional são as premissas das conquistas democráticas e sociais do povo brasileiro. Podemos dizer, não com felicidade, que a luta pela liberdade sempre teve no PCdoB o combatente da primeira fila. Ninguém dá mais valor à liberdade e à democracia que os comunistas. A própria história brasileira é um poderoso testemunho disso. Sempre que se atacaram os comunistas o que se queria era atacar a democracia.

Nós lutamos por isso durante nove décadas: desenvolvimento soberano, progresso e liberdade. Pergunto a vocês: que bandeiras são mais modernas que essas, ontem e hoje? Lembraram aqui o Presidente Deputado Dinis Pinheiro e o Deputado Celinho do Sinttrocel - que fez um brilhante e claro pronunciamento sobre a história do Partido: nós nascemos, desde os anos 20, com a modernidade brasileira e continuamos lutando por essas bandeiras modernas, por essas jornadas, mantendo essas bandeiras muito elevadas. Por quê? Porque para nós, companheiras e companheiros, a modernidade só se completa com a esperança do socialismo, com a esperança de emancipar toda a sociedade. Considero esse o maior legado destes 90 anos, ou seja, a capacidade de sustentar a bandeira do socialismo e, mais que isso, a capacidade de atualizar o projeto socialista para os dias contemporâneos, para os dias de hoje.

O nosso Partido tem um programa partidário bem definido, tem uma identidade bem definida; é um partido que luta pelo socialismo e procura compor a sua militância, formar a sua militância, organizar a sua militância com base nesse ideal que é maior; passa a ser um projeto político, algo pelo qual lutamos concretamente, cotidianamente. Essas são, portanto, as bases e os compromissos que retiramos do passado, renovamos para o presente e projetamos para o futuro.

Nosso Partido tem um rumo definido, o socialismo, uma alternativa apoiada em amplas forças sociais e políticas do País. O socialismo é indispensável no novo patamar civilizatório para a nação brasileira, aliás, até para completar, conseqüentemente, a formação nacional brasileira, a afirmação e autonomia da Nação, com vigorosa democracia popular para assegurar os mais amplos direitos a todo o povo brasileiro. Esse é o nosso rumo. Esse é o espaço político que ocupamos há 90 anos.

E, para lutar por esse rumo de forma contemporânea, apontamos um caminho: um novo projeto nacional que viabilize o desenvolvimento soberano, integrado aos nossos vizinhos sul-americanos, um caminho de liberdade e progresso social que a nossa época demanda. Consideramos esse o maior desafio atual dos brasileiros. E, para o PCdoB, um desafio dos comunistas contemporâneos. Queremos ser conhecidos na sociedade como aqueles que buscam um caminho brasileiro para o socialismo.

Aos 90 anos, companheiras e companheiros, é com essa perspectiva renovada que lutamos e nos preparamos para as novas jornadas. Estamos com o governo Dilma, governo que aponta caminhos para a afirmação nacional; com a luta social e a luta de ideias em prol de um novo projeto para o País. Somos um partido provado na luta social há 90 anos. Nascemos das lutas sociais, sobretudo dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres. Agora somos mais do que isso. Somos um partido aprovado também na gestão do Estado. Em todos os postos que o PCdoB ocupou, chamou a atenção. O PCdoB deu alma ao Ministério do Esporte. O PCdoB, no Ministério do Esporte, deu para a Nação o conhecimento de dois jovens, grandes líderes políticos, natos, provados, comprovados e compromissados com esse projeto nacional. Falo do Ministro Orlando Silva e do Ministro Wadson Ribeiro, que está aqui. Algo de uma injustiça flagrante, de uma perseguição que até hoje está sem provas, e nos enoja saber que, na vida política brasileira, alguém possa fazer isso com lideranças políticas, numa luta política completamente sem quartel, inescrupulosa. Wadson, receba as nossas homenagens. Você está chamado hoje, como Vice-Presidente Estadual do PCdoB de Minas Gerais, a ter um grande futuro aqui para o nosso Partido. Portanto, receba também as minhas homenagens.

Além da luta social e da gestão do Estado, nós nos preparamos para ser mais fortes eleitoralmente. Queremos um grande avanço eleitoral, e essa é a grande batalha que está posta nas mãos de vocês, na militância, na disputa de Contagem, de Coronel Fabriciano e muitas outras cidades importantes nas quais vamos concorrer este ano.



Quero terminar, companheiros e companheiras, neste agradecimento breve, mas muito sentido, à Assembleia Legislativa pela homenagem que nos presta. Se não nos pejam de elogiar a trajetória de 90 anos do Partido, isso é porque consideramos um PCdoB mais forte uma necessidade indispensável para o País, para fortalecer a esquerda no Brasil e dar perspectivas de transformações mais avançadas ao povo.

Essas palavras, eu as quero dizer, em particular, aos companheiros do PMDB e do PSB aqui, na Mesa. Meu amigo Tilden Santiago, deveríamos ter-nos conhecido em 1972. Foi apenas por um fato fortuito que não nos conhecemos, porque militávamos no mesmo PCdoB, mas ele em uma banda, eu na outra, e trocávamos ideias ali.

Creio que estes 90 anos, companheiros do PCdoB, Tilden e companheiros do PMDB, são uma contribuição à democracia brasileira, demonstrando que partidos políticos no Brasil precisam ser assim. Podemos ser adversários, mas precisamos ser partidos com cara definida, com rumo definido e programas para fazer a disputa política na sociedade.

Nós nos orgulhamos porque o PCdoB é assim e, ainda mais, por ter uma militância partidária compromissada. Mais que isso, é um partido que tem vocação para a grande política. Por isso, dirijo-me a essas forças aliadas, pois temos a vocação para a grande política, companheiros, de unir amplas forças, mesmo forças heterogêneas, para fazer do País uma grande Nação, independente, livre, justa e soberana. Nenhum partido sozinho no País tem condições de empalmar o conjunto dos desafios e estratégias que temos pela frente. No Brasil, as grandes mudanças sempre foram produzidas pela força do povo, pela força de amplas camadas sociais e de diversos partidos políticos.

O apelo que fazemos, aos 90 anos, é: vamos nos unir em torno dos interesses do povo trabalhador, da nação brasileira e da democracia. É assim que o PCdoB quer crescer. Hoje, estamos alcançando 350 mil filiados em todo o País. É um partido que ainda se esforça muito em transformar todos em militantes. Estamos muito contentes, e é assim que comemoramos os 90 anos: querendo constituir um partido que seja, como é, indispensável ao País. Um partido decididamente integrado à modernidade. Vocês sabem que só povo trabalhador, integrado à Nação e unido em torno de seus interesses maiores, pode assegurar soberania, desenvolvimento, progresso social e democracia popular. Assumimos esse compromisso perante a Nação, aos 90 anos, maduros, e nunca nos afastaremos deste caminho.

Companheiras e companheiros, a nossa geração tem uma grande oportunidade histórica, neste momento, de levar a Nação a um estágio mais elevado de sua formação nacional. Nossa geração não quer e não vai perder essa grande oportunidade histórica. O PCdoB, unido ao povo trabalhador, está e buscará estar sempre na linha de frente dessa grande luta.

Muito obrigado, Assembleia Legislativa. Viva o Brasil! Viva o socialismo! Viva o PCdoB de Minas Gerais! Parabéns a vocês.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Homenagem à Vereadora Lucília Rosa

O Sr. Presidente - Antes das nossas considerações finais, queríamos, de forma breve e bastante simbólica, prestar duas importantes homenagens. Então, neste momento, convido o Prof. Luiz Alberto Molinar, de Uberaba, que prestará uma homenagem àquela que foi a primeira mulher Vereadora em Minas Gerais, a saudosa Lucília Rosa. Com a palavra, o Prof. Luiz Alberto, para a homenagem.

O Sr. Luiz Alberto Molinar - Durante quatro anos, pesquisamos a história de D. Lucília Rosa, uma das primeiras 17 Vereadoras de Minas. Ela foi eleita em 1947 pelo PSD, mas era filiada ao Partido Comunista desde os 18 anos de idade. O seu interesse pela política começou por meio de seu pai, que era anarquista e ateu. O seu tio, que também exerceu muita influência sobre ela, também era anarquista e ateu. Então, em 1931, fundaram o Partido em Uberaba. Desde esse momento, ela se filiou ao Partido, na época com 18 anos de idade. A partir daí, começou a atuar como feminista, como mulher avançada, de costumes e comportamentos feministas naquela década de 30. Foi eleita Vereadora, foi presa e enfrentou o Delegado.

Já nos anos 50, no movimento feminista, foi presa em Uberlândia, em 1951, junto com Olívia Calábria, que também era do Partido, quando participava de uma manifestação contra o envio de jovens brasileiros para a guerra da Coreia. Elas e mais 15 pessoas, todas ligadas a sindicatos e ao Partido, ficaram 13 dias presas. Com isso ela voltou para Uberaba, pois nasceu lá, mas foi Vereadora em Campo Florido, uma cidade próxima, eleita pelos camponeses, porque sua campanha focou-se neles. Ela sempre lutava pela reforma agrária. Até no ano passado, com a sua morte, sempre se manteve ligada e apoiava esse movimento, além de fazer de sua casa um local para receber comunistas e, principalmente, o pessoal do movimento da luta pela terra. Desde a época de seu pai, eles sempre se hospedaram em sua casa. Então, morreu no ano passado, aos 98 anos, e teve uma militância centenária. Ela não militou num determinado período de sua vida, mas desde praticamente a sua infância. Dessa forma prosseguiu, até quando estava no asilo, no hospital, e sempre fazendo questão de reafirmar até para as pessoas que não precisavam de sua ajuda: "sou uma comunista convicta". Sempre discutia política com as pessoas e era bastante lúcida.

Em 1958, mudou-se para São Paulo para trabalhar como doméstica, depois de ter sido Vereadora. Ela foi trabalhar lá para pagar a faculdade dos filhos, e assim formou os seus dois filhos como dentistas. Nesse tempo em que morava em São Paulo, estava sempre ligada ao Partido e ao movimento das domésticas. Em 1962, foi trabalhar com a família Prestes para ajudar a cuidar dos filhos de Luís Carlos Prestes. De 1970 a 1972, morou com a Anita, passando-se por sua tia. Como esse foi o momento mais duro da ditadura, teve que se passar por tia da Anita, usando o nome de guerra para se esconder da repressão.

Resumindo, esse foi o trabalho que fizemos. Ela nunca se preocupou com coisas pessoais, vaidade ou com o livro. Este foi uma espécie de intuição para resgatar a história do movimento popular de esquerda no Triângulo Mineiro, que sempre foi considerada uma região conservadora, dos coronéis, mas mostrou que a esquerda foi forte no Triângulo Mineiro deste o século XIX. Em 1897, em Uberaba foi criado o primeiro partido anarquista do País. Todo esse material está reunido no livro, e a capa dele é esta aqui.

Concluindo, esse trabalho foi importante para identificarmos – e várias pessoas estão aqui com mandato, do governo - que é fundamental que os arquivos públicos tenham esses documentos. Por incrível que pareça, boa parte dessa documentação e dados

importantes foram escritos pelos órgãos de repressão. Conseguimos vários nomes e dados a partir da documentação da repressão, principalmente do Arquivo Público Mineiro. Assim conseguimos concluir esse trabalho, cuja iniciativa foi do Lourival dos Santos, Presidente da Câmara, há quatro anos, que era do PCdoB. Ele teve a iniciativa de fazê-lo. Como depois não conseguiu concluí-lo pela Câmara Municipal de Uberaba, a Editora Bertolucci, de Sacramento, de propriedade do Carlos Alberto Serra, Vereador do PT em Sacramento, bancou o projeto e conseguiu publicar o livro. Ele traz muita informação importante de interesse público, principalmente do movimento de esquerda e do movimento popular. Muito obrigado.

Homenagem à Guerrilha do Araguaia

O Sr. Presidente - Neste momento, convido a Deputada Federal Jô Moraes, que fará uma singela e breve homenagem aos 40 anos da Guerrilha do Araguaia.

A Deputada Federal Jô Moraes – Eu queria que estivesse aqui ao meu lado a Fátima, irmã do guerrilheiro Paulinho, que nesse dia, há 40 anos, deixou sua família e foi dar a sua própria vida nas florestas de nossa terra, para que pudéssemos estar aqui hoje. O Paulinho, o Idalício e vários outros saíram daqui na sua juventude, porque não era mais possível resistir nas terras, nas cidades, tamanha era a repressão. Por isso, Fátima, queria ler aqui apenas um poema, dedicado àqueles que se foram para que estivéssemos aqui. (- Lê:) “Canto de amor. Aos guerrilheiros do Araguaia. Não/ nas vossas mãos/ não tendes fuzis/ tendes clarões/ estrelas/ pedaços de manhã/as vossas armas/ são como archotes/ combatendo a noite/ e porque/ acendeis o dia/ nós vos amamos/ nós vos amamos/ - que é preciso/ o mais cedo madrugar/ mas rompa-se/ à distância/ este nós-e-vós/ que nos parte em dois;/ não há distância/ quando a noite é uma/ quando sobre todos/ pesa a mesma treva/ quando sobretudo/ a ordem é lutar.”

Nesta noite quero entregar ao Paulino o diploma João Amazonas. (- Lê:) “Aos 40 anos da guerrilha do Araguaia. Ilustres brasileiros, guerrilheiros do Araguaia, seus nomes são sinônimos de luta e liberdade. Seus exemplos ecoarão pelas décadas como um sopro inspirador para os lutadores das causas da nação brasileira. Araguaia vive!”

O Sr. Presidente - Neste momento queremos registrar o comunicado do Exmo. Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, com os seguintes dizeres: “Prezados Deputados Carlin Moura e Celinho do Sinttrocel, com satisfação recebi o convite para participar da reunião especial a ser realizada na noite de hoje, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em homenagem ao Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, pelos 90 anos de sua fundação. Impossibilitado de comparecer, quero, por meio desta mensagem, cumprimentá-los por essa importante e merecida iniciativa, pedindo que estendam as minhas saudações aos seus pares e aos participantes do evento. Ao longo desses 90 anos, o PCdoB foi responsável pela mobilização de diversos setores da sociedade brasileira, não se omitindo nos momentos mais difíceis da nossa história, consolidando uma trajetória de lutas e conquistas em prol dos direitos dos trabalhadores, da justiça, da liberdade e da democracia em nosso País. Que a celebração desses 90 anos sirva de inspiração para que o PCdoB continue contribuindo ativamente para a construção de um Brasil cada vez mais justo e equânime. Com o meu abraço cordial. Marcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte”.

Neste ato de encerramento, queremos agradecer ao Walter Sorrentino, à Jô Moraes, a toda a militância do nosso partido PCdoB, aos nossos Vereadores, Prefeitos e lideranças, pelos 90 anos do Partido, que tem a sua longevidade marcada pela sintonia com o povo brasileiro e com as lutas do Brasil. Mais uma vez, o PCdoB está sintonizado com este momento, na defesa do Plano Nacional de Desenvolvimento. Quero agradecer a presença dos Deputados Rogério Correia e Adelmo Carneiro Leão e cumprimentar esses dois representantes do PT, um partido coirmão, que sempre esteve ao lado do PCdoB, construindo um Brasil diferente, sob a liderança do Presidente Lula e com a continuidade da Presidente Dilma. Agora, ela, sintonizada com esse momento, anuncia um plano importante para o Brasil, para valorizar a indústria nacional e o processo de reforço da industrialização brasileira. Dilma, que tem o compromisso com o Brasil e com a distribuição de renda.

Quero, aqui, também agradecer o nosso partido coirmão, o PSB, na pessoa deste grande comandante, Embaixador Tilden Santiago, que há 60 anos presta serviços à nação brasileira. Ele já prestou serviços para o Brasil, para o Congresso Nacional, presta serviço para o nosso Estado, já prestou serviço para o Brasil no cenário internacional e é uma referência para todos nós, defensores da causa do socialismo. Agradeço ao Tilden e ao PSB por sua presença.

Queremos também agradecer a presença de outro grande partido, o PMDB, na pessoa de meu grande amigo, Vice-Presidente do PMDB de Contagem, Saint Clair S. Terres. O PMDB teve um papel fundamental na retomada da democracia brasileira. Hoje, nossos atos poderão ser transmitidos pelo importante canal 35 de comunicação, que é a TV pública da Assembleia de Minas Gerais. Essa transmissão é feita para Belo Horizonte, para mais de 300 Municípios mineiros e também para o mundo todo, por meio do portal da internet. Tudo isso é possível porque lutamos pela retomada da democracia e tivemos o PMDB como condutor da redemocratização do Brasil, o que é motivo de orgulho para todos nós. Queremos agradecer e parabenizar todos vocês, todos os militantes do Partido Comunista do Brasil e todos aqueles que construíram esses 90 anos de luta na construção de um Brasil soberano, com a cara do trabalhador e da trabalhadora brasileiros. Parabéns, felicidades e muita luz nos próximos 100 anos.

Encerramento

O Sr. Presidente – A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 13, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/4/2012****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop-MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsa-MG - pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social - Reds -, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAO-IJ - pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.312/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de informações sobre a localização da escada Finasa, adquirida através de convênio com a Sudene para equipar o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Montes Claros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.918/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a constituição da dívida do Estado com a Cemig, incluindo cópia dos documentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.129/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo dessa Corte, para subsidiar o relatório anual de 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações, com os aspectos que menciona, sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.157/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações detalhadas sobre as memórias de cálculo de dívidas do Estado negociadas no âmbito das Leis Federais nºs 7.614, de 1987, 7.976, de 1989, e 8.727, de 1993. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.158/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os documentos que menciona, que contêm informações relacionadas a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei Federal nº 9.496, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Anali de Rezende Peixoto para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Prosseguimento da discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Andréa Pereira da Silva para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Lázaro de Assis Pinto para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Eustáquio Machado Coelho para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Francisco Soares para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Carlos Cirilo da Silva para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria Cristina Freire Barbosa para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Paulo José de Araújo para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Oderli de Aguiar para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado – Arsae. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Yeda Prates Bernis para compor o Conselho Estadual de Educação, junto à Câmara de Ensino Médio, em substituição à indicação do nome do Sr. Amílcar Viana Martins Filho. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Duarte Bechir opina pela manutenção do veto.



Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Duarte Bechir opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 729/2011, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.835/2012, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 2.842/2012, do Deputado Tenente Lúcio; 2.849 a 2.852/2012, do Deputado Elismar Prado; 2.872 e 2.873/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.582/2011, do Deputado José Henrique.

Requerimentos nºs 2.753/2012, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.826/2012, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: ouvir o ambientalista, espeleólogo, canoísta, mergulhador e montanhista João Carlos Figueiredo, que participou da expedição Meu Velho Chico - da nascente à foz -, e fará explanação sobre o Rio São Francisco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 27/2011, do Deputado Elismar Prado; 57 e 260/2011, do Deputado Fred Costa; 688/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.188/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.221 e 1.252/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.366/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.762/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.814/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.965/2011, da Deputada Liza Prado; 2.276/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.468/2011, do Deputado Duílio de Castro; 2.501/2011, do Deputado Fred Costa; 2.573/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 2.640/2011, do Deputado João Vítor Xavier; e 2.781/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.235/2011, do Deputado Paulo Lamac; 2.994/2012, do Governador do Estado; 3.001/2012, do Deputado Inácio Franco; 3.014/2012, da Deputada Luzia Ferreira; 3.018/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.020/2012, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.025/2012, do Deputado Bosco; 3.028/2012, do Deputado Duílio de Castro; e 3.032/2012, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.900/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 675/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.354/2011, do Deputado Durval Ângelo, e 2.745/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.718/2012, da Comissão de Participação Popular; 2.750/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.838/2012, do Deputado Bosco; 2.874/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, e 2.896/2012, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.832/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 2.833/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.843/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; e 2.857 a 2.868/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da at a. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios de Minas Gerais, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 17/4/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed –; do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado; do nome da Sra. Anali de Rezende Peixoto para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome da Sra. Andréa Pereira da Silva para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome do Sr. Lázaro de Assis Pinto para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome do Sr. José Eustáquio Machado Coelho para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome do Sr. José Francisco Soares para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. José Carlos Cirilo da Silva para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome da Sra. Maria Cristina Freire Barbosa para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome da Sra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin para a função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Paulo José de Araújo para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Oderli de Aguiar para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome de Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter –; do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae –; e do nome da Sra. Yeda Prates Bernis para compor o Conselho Estadual de Educação, junto à Câmara de Ensino Médio, em substituição à indicação do nome do Sr. Amílcar Viana Martins Filho; e Requerimentos nºs 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop-MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú, 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 – Criação de Pequenos Animais – Piscicultura – em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades, 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal, 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina, 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina, 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social – Reds –, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente



escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino, 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude – CAO-IJ – pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida, 1.312/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de informações sobre a localização da escada Finasa, adquirida através de convênio com a Sudene para equipar o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Montes Claros, 1.918/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a constituição da dívida do Estado com a Cemig, incluindo cópia dos documentos que menciona, 2.129/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo dessa Corte, para subsidiar o relatório anual de 2010, 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações, com os aspectos que menciona, sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig, 2.157/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações detalhadas sobre as memórias de cálculo de dívidas do Estado negociadas no âmbito das Leis Federais nºs 7.614, de 1987, 7.976, de 1989, e 8.727, de 1993, e 2.158/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os documentos que menciona, que contêm informações relacionadas a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei Federal nº 9.496, de 1997; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências, e 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de abril de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial sobre a Indicação dos nomes de Anali de Rezende e outros para comporem o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Duílio de Castro, Paulo Lamac e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2012, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública de Márcio Luiz Bunte de Carvalho, de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 62/2012, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

Duarte Bechir, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Violência contra a Mulher

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2012, às 14h30min, no Salão Nobre, com a finalidade de discutir a violência contra a mulher no Estado e no País e as políticas públicas relacionadas; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2012, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.903/2012****Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada no Município de Ataleia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.903/2012 pretende dar a denominação de Escola Estadual Daniel Pereira Ottoni à escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Rua Frei Gaspar, nº 220, Distrito de Fidelândia, no Município de Ataleia.

Essa medida visa acolher solicitação do Colegiado Escolar da referida unidade de ensino, que aprovou a indicação do nome de Daniel Pereira Ottoni para denominá-la.

O homenageado foi eleito Vereador no período de 1967 a 1970, tornando-se representante dos ataleenses, quando muito contribuiu para o desenvolvimento escolar na localidade de Fidelândia.

Por demonstrar o reconhecimento da mencionada comunidade a Daniel Pereira Ottoni pelos serviços por ele prestados, consideramos meritória a homenagem que se lhe pretende fazer, denominando a mencionada escola com seu nome.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.903/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

Paulo Lamac, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.939/2012**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do Deputado Carlos Henrique, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Progressista de Divisa Alegre – ADPDA –, com sede no Município de Divisa Alegre.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.939/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Progressista de Divisa Alegre – ADPDA –, com sede no Município de Divisa Alegre, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1995, que tem como escopo a promoção de atividades educativas e desportivas.

Na consecução desse propósito, a instituição oferece cursos de qualificação profissional relacionados com as atividades econômicas da região, procurando integrar seus associados ao mercado de trabalho; incentiva a prática de esportes, o lazer e o turismo; apoia as atividades educativas e culturais realizadas no Município; defende a proteção do meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação do Desenvolvimento Progressista de Divisa Alegre, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.939/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

Duarte Bechir, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 11/4/2012**

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, senhores e senhoras, boa tarde. Hoje quero debater um pouco o tema polêmico em relação à dívida dos Estados e principalmente a situação que estamos vivenciando nesta Casa, que, na minha opinião, é preocupante. Ao vermos essa campanha sendo financiada pela



Assembleia Legislativa, com cunho claramente político, isso realmente nos preocupa. Quero, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, lembrar que, durante este mês, nestas últimas semanas, temos visto cobranças por meio de manifestações da sociedade e da mídia. Na segunda-feira, um programa de TV expôs claramente o fato de esta Assembleia Legislativa ser a mais cara do País. Tenho a coragem de falar, Deputado Rogério Correia, de cabeça erguida, do papel importante que a Assembleia tem, como referência dos seus quadros técnicos, de quanto a assessoria de cada parlamentar trabalha, mas é inegável que alguns desses gastos são excessivos. Quero, a partir desse comentário, manifestar a minha opinião sobre o que vem acontecendo.

Somos hoje, como a imprensa acaba de noticiar, a Assembleia Legislativa mais cara deste país. Mesmo com isso, esta Casa está gastando uma fortuna com “banners”, “outdoors”, propaganda em rádio e em televisão, para acusar o governo federal de ser o responsável pela dívida do Estado de Minas Gerais com a União.

Além da imoralidade de gastar esse dinheiro com um assunto de cunho claramente político, a propaganda é enganosa. E isso porque, no momento em que os governos Lula e Dilma conseguiram construir um Brasil que se tornou a 6ª maior potência do Planeta, investindo em ações sociais; no momento em que o PIB do Brasil se elevou no “ranking” mundial e que Minas Gerais, dentro desse contexto, detém o 3º maior PIB do Brasil, a propaganda paga pela Assembleia Legislativa mineira com o dinheiro da população afirma que o governo de Minas não pode investir em casas populares, escolas nem postos de saúde porque o seu orçamento está todo comprometido com a dívida que os próprios tucanos negociaram com a União.

Ora, senhores e senhoras, se o governo de Minas, que é o 3º mais rico do País, não investe em ações sociais básicas para a sua população, isso é porque não tem um projeto social como o do PT, que mudou a cara deste país. Por que não prioriza essas ações? Porque prefere priorizar a construção de uma Cidade Administrativa para sediar o Palácio do Governo, gastando nesse projeto mais de R\$1.000.000.000,00. Com esse dinheiro, Deputado Rogério Correia, se usarmos o mesmo nível de comparação usado por essa propaganda enganosa que está sendo posta para a sociedade, poderiam ser feitas 5 mil unidades de saúde em todo o Estado ou 35 mil casas populares ou milhares de escolas. É disso que estamos falando. É desse jogo de comparação que, às vezes, chega a ser hipócrita, uma vez que, no final da história, não quer nem dialogar nem negociar, papel que hoje esta Casa tem condição de fazer.

Essa propaganda é, sem dúvida nenhuma, enganosa também porque causa a ilusão de que o governo da Presidente Dilma é responsável por essa imensa dívida, que, de fato, é uma das maiores do País e que é a que mais cresce anualmente entre todos os Estados.

Os Líderes do Governo nesta Casa têm ousado tratar a questão como uma “agiotagem” do governo federal do PT, em entrevistas e em suas redes sociais. Mas, como todos sabemos, essa dívida foi negociada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, enquanto governava aqui, em Minas Gerais, também o PSDB do ex-Governador Eduardo Azeredo. Mas não quero aqui voltar e ficar discutindo essa questão na política, assim como a Casa tem feito.

O contrato celebrado entre o ex-Governador Azeredo e Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente, é o resultado exato da negociação de dívidas contraídas pelos governos tucanos, e não honradas devidamente. A quem nos acompanha: o que significa isso? São letras financeiras do Tesouro estadual existentes em março de 1996 e até então não pagas; saldos devedores de contratos firmados com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, além de vários outros bancos privados. Os juros foram definidos na época em 9% ao ano, sendo reduzidos para 7,5% para os Estados que amortizassem 10% do valor do refinanciamento antecipadamente e para 6% para os Estados que amortizassem em 20%. Apenas quatro Estados pagaram menos, portanto, ficaram com a taxa de juros maior, e Minas está entre eles. Novamente quero aqui afirmar que foi o governo tucano o responsável pela decisão de amortizar menos na época e pagar mais juros, deixando a responsabilidade para os próximos governantes mineiros.

O Deputado João Leite* - Deputado, concede-me um aparte?

O Deputado Ulysses Gomes* - Na época, poderia ter optado e pago de forma diferente.

O Deputado João Leite* - Concede-me um aparte?

O Deputado Ulysses Gomes* - Aguarde um minuto, Deputado.

Hoje essa dívida é de R\$62.000.000.000,00.

E por que a campanha da Assembleia Legislativa não fala da agiotagem da Cemig com o Estado de Minas Gerais? Agiotagem esta praticada pela empresa que é controlada pelo próprio Estado de Minas Gerais.

Quando a União implantou o Plano Real, foi criada uma conta, a Conta dos Resultados a Compensar, chamada CRC, gerada a partir de insuficiências tarifárias das concessionárias de energia elétrica, em vista da qual, até 1993, era garantido às empresas uma remuneração legal mínima de 10% ao ano, Deputado Rogério. As tarifas eram definidas a partir de um custo de serviço de concessão. No entanto as tarifas foram usadas pelo governo federal da época como um instrumento para conter a inflação. Com isso as empresas de energia não conseguiram atingir a rentabilidade mínima, e o governo federal, então, passou a gerar créditos para as concessionárias na chamada CRC.

A União arcava com a diferença entre o que deveria ser cobrado e a tarifa que era efetivamente praticada pelas empresas de energia, de modo que estas não ficassem no prejuízo.

Em 1994, o governo federal autorizou a utilização desses créditos de CRC para liquidar pendências das concessionárias com entidades do próprio governo federal e outras empresas do setor. A Cemig, no entanto, não utilizou a totalidade desses créditos, passando a contar com um expressivo saldo positivo.

Já em 1995, o governo de Minas renegociou sua dívida com a União e pôde usar os créditos de CRC da Cemig, cedidos ao Estado por meio de um contrato de cessão de créditos, a fim de quitar parte da dívida de Minas. Dessa forma, o Estado passou a dever à Cemig, em contrato com juros de 8,18% ao ano mais IGP-DI. Ou seja, a dívida com a Cemig foi negociada com custos mais altos ainda que com a União, que é de 7,5% mais IGP-DI.

O Deputado Lafayette de Andrada* - V. Exa. me concede um aparte?

O Deputado Ulysses Gomes* - Deputado, um minuto, por favor.



Dezessete anos após sua contratação, essa dívida de Minas com a Cemig multiplicou-se por mais nove vezes, chegando a R\$5.600.000.000,00 ao final de 2011. Esse crescimento decorreu da aplicação de elevadas taxas de juros. Com isso, a dívida que foi contratada para abater parte da cara dívida com a União foi, hoje, a surpresa da taxa incidente sobre essa dívida.

Só agora em 2011, o governo tomou providência para estancar o crescimento de sua dívida com a Cemig, enviando para esta Assembleia o Projeto de Lei nº 2.700/2011, que, em 26/12/2011, foi transformado na Lei nº 19.964, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito de até US\$1.750.000.000,00 e €300.000.000,00 equivalentes a cerca de R\$3.950.000.000,00, recursos com os quais o Estado pretende reestruturar o passivo com a Cemig e pagar integralmente o valor devido à companhia; por isso é justo e importante ressaltar que a campanha...

O Deputado João Leite* - Deputado, V. Exa. pode me conceder um aparte?

O Deputado Ulysses Gomes* - Posso continuar o meu discurso? Em seguida, concederei os apartes.

O Deputado João Leite* - Pode conceder aparte aos Deputados, depois de atacar tanto a Assembleia Legislativa de Minas Gerais?

O Deputado Ulysses Gomes* - Não estou atacando a Assembleia, de forma alguma, Deputado.

O Deputado João Leite* - Está atacando, sim, senhor. Está atacando o partido de V. Exa.

O Deputado Ulysses Gomes* - Com a minha fala, estou registrando a forma como a Assembleia Legislativa está usando sua estrutura...

O Deputado João Leite* - V. Exa. está atacando a Assembleia Legislativa.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Por gentileza, a palavra está com o orador.

O Deputado Ulysses Gomes* - ...para fazer uma campanha política. Quero dizer aos que nos acompanham pela TV Assembleia que seria natural...

O Deputado João Leite* - Isso é ataque à Assembleia Legislativa.

O Deputado Ulysses Gomes* - Seria natural, Deputado...

O Deputado João Leite* - V. Exa. e o seu partido participam da Mesa.

O Deputado Ulysses Gomes* - Deputado, queria pedir-lhe que cooperasse... Queria dizer que é natural e legítimo que a forma dessa campanha veiculada na TV e nos "outdoors", em todo o Estado de Minas Gerais, fosse um debate político feito por cada partido de oposição ao governo federal ou da base do governo. Isso é natural. É legítimo que esse debate seja feito, mas não por esta Casa e dessa forma. Esta Casa começou o debate de maneira séria, com a participação dos Deputados de todos os partidos montando uma comissão. Esta Casa fez um debate importante com a Assembleia Legislativa de vários Estados. Isso, sim, coloca esta Assembleia...

O Deputado João Leite* - Coloque isso na Mesa, Deputado.

O Deputado Ulysses Gomes* - Isso, sim, faz desta Assembleia um exemplo, pois muitas coisas ocorridas aqui são referências em nosso país, servem de exemplo de trabalho e de competência. Esta Casa tem ótimos exemplos. Dessa forma, com diálogo, articulação política e com os exemplos que esta Casa vem dando com esse debate, conseguiremos avançar na negociação dessa dívida. Entretanto não é com essa campanha nem com esse embate político que esta Casa conscientizará a população, nem muito menos fará o debate político com o governo federal da negociação que o Estado de Minas e a sociedade mineira merecem e precisam. Com coerência, responsabilidade e diálogo, esta Casa, de fato, poderá discutir essa dívida a fundo e poderá, junto com os outros Estados, fazer esse diálogo com o governo federal, que abriu o debate, criou uma comissão específica no Congresso Federal e apresentou a proposta de mudança da taxa. Enfim, abertura e espaço para conversa existem; agora, a Assembleia não pode errar. Se continuarmos dessa forma, erraremos, sim, porque, primeiro, estamos enganando a população e, segundo, estamos fechando as portas para o diálogo.

Concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado. Quero lamentar a maneira como V. Exa. trata essa questão. Se V. Exa. tem algo contra os procedimentos da Assembleia Legislativa, V. Exa. tem um membro do seu partido na Mesa, que define os rumos da Assembleia. V. Exa. trata a questão e de alguma forma diz que a Assembleia Legislativa faz propaganda enganosa. Eu deveria solicitar a palavra pelo art. 164, até porque V. Exa. é um Deputado jovem e recorreu a dados que lhe foram apresentados, mas não estava aqui em 1995, 1996, 1997. Dizer que as dívidas negociadas no Estado foram feitas por governos tucanos... É da sua juventude mesmo, temos que celebrar os jovens. Eu estava aqui, eu votei.

O PSDB é um partido ainda novo, os partidos que conduziram essa dívida para Minas Gerais são dos governos anteriores. Havia dívida de vencimento de um ano. Havia dívidas que nem sabíamos com quem estavam contratadas. O governo federal e o governo do Estado de Minas Gerais fizeram um encontro de todas essas dívidas, contraídas para asfaltamento no Jequitinhonha, que era necessário mesmo, para obras que o Estado realizou, mas essas dívidas foram contraídas em diversos lugares. A Assembleia Legislativa se debruçou sobre esses documentos.

Portanto, Deputado Ulysses Gomes, com todo o respeito que tenho por V. Exa., Deputado presente, atuante, eu solicitaria a V. Exa. que chamasse o representante do seu partido na Mesa da Assembleia Legislativa e discutisse, e gostaria de participar. Ele está participando das decisões. E que V. Exa. recorresse aos anais da Assembleia Legislativa, que é muito organizada, para ver quem contraiu essa dívida. O PSDB nem existia quando essa dívida foi contratada no Estado de Minas Gerais. Dívidas do tempo da inflação de 80%.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Do PMDB.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Do PMDB. Eu não iria citar partidos aqui, Deputado Lafayette de Andrada. Mas, Deputado Ulysses Gomes, V. Exa. citou o meu partido o tempo inteiro. Portanto, vale a pena recuperar os anais da Assembleia Legislativa, pois V. Exa. verá que não tem um centavo contraído pelo PSDB; ao contrário. Obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes* - Concedo aparte ao Deputado Rogério Correia, mas solicito que seja rápido.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, e serei breve. É próprio de um governo que não se coloca, nem tem projeto, jogar a responsabilidade para outro. Tenho dito que o único projeto que funciona em Minas por parte do governo do Estado é o "Minas sem Governo". Esse é o único que funciona. E no afã de mentir para o povo que existia um déficit zero e um choque de



gestão, quebraram Minas Gerais e não conseguem governar. E jogam a responsabilidade para o governo federal, porque não governam Minas. Tiveram que enfrentar 112 dias de greve, não há diálogo com os professores, não pagam na saúde o índice que deveriam pagar. E agora utilizam da Assembleia Legislativa como se fosse um aparelho do governo. A Assembleia tem servido para fazer peças publicitárias que deveriam ser feitas pelo partido que assim pensa, mas não por um Poder independente como o Poder Legislativo. Essas peças publicitárias não foram colocadas em discussão e aprovadas...

Existe uma falta de respeito do Deputado João Leite com esta Casa e com os Deputados. Estou terminando, mas peço ao Deputado João Leite que tenha um pingão de educação para com os colegas. Não é possível que haja um censor na Assembleia Legislativa, que tudo...

O Deputado João Leite* - Peço a palavra pelo art. 164.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - É impossível que tratemos dentro da Assembleia Legislativa...

O Deputado João Leite* - Peço a palavra pelo art. 164.

O Sr. Presidente - Deputado Ulysses Gomes, seu tempo já se esgotou. Conclua por favor.

O Deputado João Leite* - Peço a palavra pelo art. 164.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Virou um sensor, virou um absurdo essa questão de posse.

O Deputado Ulysses Gomes* - Posso encerrar, Deputado?

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Queria apenas falar, já terminando, sobre esse quadro. Infelizmente, não é da Assembleia Legislativa a capacidade de fazer esse tipo de peça publicitária. Não é aprovada em Colégio de Líderes, gastando um recurso que não foi escolhido.

O Deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, Deputado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Outro dia, o Líder do Governo falou por duas horas. Assim fez também o Líder do Governo que entrou depois. Aqui, se passamos um pouco, tem esse...

O Sr. Presidente - Com a palavra para o seu pronunciamento, o Deputado Jayro Lessa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jayro Lessa* - Prezadas Deputadas, prezados Deputados, demais presentes, telespectadores que nos acompanham, boa tarde.

Em primeiro lugar, quero explicar ao companheiro Rogério e ao João Leite que, com a anuência do Deputado Ulysses Gomes, decidimos que ele falaria em primeiro lugar e eu, em segundo. Depois irei passar-lhes a palavra para continuarem a discussão.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Jayro Lessa* - Eu estava inscrito para falar ontem, mas por questão de ordem constitucional não pude comparecer a esta tribuna. Dessa forma, gostaria de falar hoje sobre uma importante conquista para o Estado de Minas Gerais: a instalação do Consulado Americano em Belo Horizonte.

Nessa segunda-feira, a Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton anunciou, oficialmente, que a Capital mineira é um espaço de representação diplomática daquele país. A notícia veio de Washington, momentos antes do encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Barack Obama. Tal vitória é fruto de intenso trabalho político. Desde o ano de 2006, tenho levantado essa bandeira, por entender que a criação do Consulado Americano em Minas Gerais ampliará as relações entre o Estado e aquela nação.

A conquista se deu por meio da parceria entre diferentes atores políticos. O estimado ex-Vice-Presidente José Alencar, com toda sua competência e capacidade empreendedora, tornou público seu apoio ao pleito, quando era membro do governo federal. Em 2011, o autor do apoio reuniu assinaturas dos nossos três Senadores, dos 53 Deputados Federais e de todos os 77 Deputados desta Casa. O documento, que continha ainda a assinatura de diversos Prefeitos do Estado, foi entregue pessoalmente ao Governador Antonio Anastasia em novembro do ano passado. Também participaram dessa reunião o Deputado Federal Eduardo Azeredo e a integrante do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, Ester Sanches, importante parceira desse projeto. Ela mora em Massachusetts e teve a oportunidade de entregar esse manifesto a Hillary Clinton e ao Presidente Barack Obama. É uma pessoa muito influente e bastante reconhecida politicamente.

Após o encontro com o Governador, enviei as assinaturas à Presidente Dilma Rousseff e ao Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. Também receberam o apoio o Embaixador americano no Brasil, Thomas Shannon, a Secretária de Estado americana, Hillary Clinton e o Presidente Barack Obama. Esse processo foi longo e trabalhoso, mas o resultado foi recompensador. O que parecia impossível para muitos acabou se concretizando. Apesar de ter uma previsão de abertura para 2014, acredito que o consulado poderá ser instalado antes dessa data.

Tal conquista é justificada quando analisamos a relação entre mineiros e americanos. Em 2011, os Estados Unidos foram o terceiro principal destino dos nossos produtos, ficando atrás apenas da China e do Japão. Em relação às importações, eles foram o nosso parceiro número um. Ao todo, importamos mais de US\$2.000.000.000,00 em produtos norte-americanos, lembrando que o Brasil já é o oitavo maior parceiro comercial dos EUA. Além do incentivo ao comércio bilateral, que irá gerar divisas para os dois lados, veremos outros setores sendo beneficiados. Hoje, dos emigrantes mineiros 43% têm os Estados Unidos como destino, e este número tende a crescer. O próprio governo americano já anunciou que pretende elevar em 40% a capacidade de atendimento das autoridades consulares no Brasil. Ou seja, o turismo no Estado também terá ganhos reais. Atualmente, os mineiros que necessitam utilizar serviços consulares, como a obtenção de visto, devem se deslocar para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou Brasília. A partir do momento que o consulado for instalado, eles passarão a resolver tudo em Belo Horizonte. O visto sairá mais barato, afinal haverá economia com passagens e hospedagem. O único gasto será com as taxas do próprio posto consular, que variam de US\$160,00 a US\$405,00, de acordo com a finalidade do visto.

Tive a oportunidade de viver nos Estados Unidos por cinco anos e sei da importância da criação deste consulado para o emigrante mineiro. A cidade de Governador Valadares, minha terra natal, foi pioneira no processo migratório para a terra do Tio Sam, que



começou na década de 60. Hoje, o perfil do mineiro que viaja àquele país mudou, mas o número de pessoas que o visita continua significativo. Antigamente, eles iam em busca de trabalho e do sonho de obter riqueza. Hoje, a economia brasileira se fortaleceu e as pessoas viajam para estudar, realizar negócios ou simplesmente a turismo.

Minas Gerais é o segundo ente mais populoso da Federação. Possuímos diversidade econômica, representatividade política no cenário nacional e imensa riqueza histórica, cultural e natural. A decisão do governo americano é um reconhecimento da força deste Estado no Brasil e no exterior. O consulado em Minas é uma prova de que o trabalho conjunto gera resultados positivos. Agradeço a cada parlamentar desta Casa que assinou o apoio entregue ao governo americano, uma vez que a elaboração desse documento foi de grande relevância para a concretização do projeto.

Deixo a mensagem de otimismo e dever cumprido em relação ao sonho do consulado americano. Essa é uma vitória de todo o povo mineiro. Reitero ainda o meu compromisso de continuar defendendo os direitos dos emigrantes do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado!

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Jayro Lessa. Parabéns-o, pois essa é uma luta histórica empreendida por V. Exa. nesta Casa em favor dos brasileiros, dos trabalhadores e trabalhadoras que deixaram a sua região de Governador Valadares. Lá tivemos os sinais das primeiras migrações para os Estados Unidos na Segunda Grande Guerra, quando os americanos aqui vieram para explorar mineral, a mica, ou malacacheta, que é um mineral térmico para o teatro da guerra na Europa.

Portanto, desde aquele tempo, as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros migraram para os Estados Unidos. E, agora, Minas Gerais tem novamente um consulado - porque já o tivemos aqui. Parabéns a V. Exa. pela luta empreendida, que agora alcançou uma vitória para os nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras.

Eu disse outro dia, Deputado Jayro Lessa, que essa seria a primeira obra do governo do PT em Minas Gerais, mas, na verdade, é do governo dos Estados Unidos, que trará o consulado para cá. O jornal "O Tempo" de hoje mostra que 93% dos recursos que vieram para Minas Gerais foram destinados às Prefeituras do PT, da base aliada. As Prefeituras de outros partidos não receberam absolutamente nada. A cidade do nosso Presidente Dinis Pinheiro, Ibirité, recebeu zero de investimento federal. E ainda tomaram o polo acrílico que a Petrobras havia prometido construir, pois foi para a Bahia. Para se ter ideia, no levantamento do jornal "Folha de S.Paulo", das 81 maiores cidades brasileiras, a que mais recebeu foi São Bernardo do Campo. Em Minas Gerais, Betim, Belo Horizonte e Ribeirão das Neves foram as que mais receberam. O PSDB e os outros partidos não receberam absolutamente nada do governo federal. Agora, vem o consulado.

Parabéns, Deputado Jayro Lessa. É uma vitória que V. Exa. alcança nesse tempo. Muito obrigado.

O Deputado Jayro Lessa* - Obrigado, Deputado João Leite.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Jayro Lessa, primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que essa luta histórica que V. Exa. travou, ao fazer abaixo-assinado e visitas não foi em vão. Hillary Clinton, na presença da Presidente Dilma, fez esse anúncio, que é um avanço para nós, que habitamos um Estado deste tamanho. Sua cidade, Governador Valadares, exporta tantas pessoas. Creio que não poderia deixar de ter um Deputado à altura, juntamente com outros parlamentares, lutando para que Minas tivesse um consulado. Foi uma luta de todos, especialmente do Deputado Jairo. Parabéns!

Aproveito este momento para dizer que defendo a campanha que a Assembleia tem feito em relação à dívida. Os Deputados têm todo o direito de utilizar a tribuna e falar como acharem conveniente. Fico preocupada, porque eu estou de passagem, assim como V. Exa., mas a instituição permanece. Precisamos de instituições fortes, e a Assembleia é assim. As pessoas sabem que aqui realmente o povo tem o poder. Essa é uma campanha de Estado, e não de governo. Minas Gerais precisa ser vanguarda e continuar dando exemplo para o restante do País. Temos 25 Estados, e apenas dois não têm essa dívida comprometida: o Amapá e o Tocantins. São quase R\$500.000.000,00. É uma dívida impagável. Minas Gerais poderia estar investindo na malha viária e na saúde.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT, viu e discutiu a publicidade. A bancada está desunida. Quando o Deputado Ulysses, que respeito muito, porque é muito combativo e trabalhador, utiliza a tribuna e questiona a publicidade da instituição, tenho de vir aqui em nome do meu partido, o PSB, para dizer que apoio a Mesa e que essa publicidade é importante para o povo mineiro. É uma luta de todos os brasileiros ter uma malha viária decente e mais saúde. O povo paga impostos altíssimos. Com esse dinheiro, a dívida fica impagável, porque não temos retorno nem condições de ter qualidade de vida, combater a pobreza. Acho muito ruim, porque fica parecendo briga de partido político, enquanto a Assembleia faz uma campanha institucional. Não podemos deixar que as eleições de 2014 sejam um palanque, temos de defender o povo.

Muito obrigado, Deputado. Queria deixar a minha posição favorável à Mesa - aliás, não somente a minha posição, mas a do meu partido - e hipotecar solidariedade aos Deputados, à Assembleia e, principalmente, ao povo mineiro. Queremos realmente um Estado com mais recursos para combater a pobreza. Que as dificuldades e os problemas políticos não reduzam a campanha, que teve repercussão nacional, tornando-a pequena.

O Deputado Jayro Lessa* - Muito obrigado, Deputada Liza Prado. Gostaria de registrar a presença do ex-Secretário de Saúde, o Sr. Armando Costa, que foi Deputado desta Casa e também Deputado Federal, além de ser um grande amigo nosso.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Jayro Lessa, gostaria de parabenizá-lo pela importante conquista do consulado americano em Belo Horizonte. Desde a primeira hora V. Exa. esteve à frente desse pleito, que agora se torna uma realidade tão importante para nós, mineiros, e também, de forma muito especial, para toda a região do Leste de Minas, do Vale do Rio Doce, do Vale do Aço, região que V. Exa. representa muito bem.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que a realidade econômica brasileira tem se transformado para melhor. Hoje o brasileiro e o mineiro viajam com mais frequência para os Estados Unidos da América porque a nossa economia está se desenvolvendo. A renda média do brasileiro é de US\$1.000,00, o que permite que ele tenha mais liberdade para fazer compras no exterior, para visitar os Estados Unidos soberanamente, e não de forma submissa, como era outrora. Essa conquista do consulado é de fundamental importância e reconhecida, aliás, pela visita da Presidenta Dilma ao Presidente Barack Obama. Ela também nos trouxe a boa notícia do produto genuinamente mineiro, a cachaça de Minas Gerais, reconhecido pelos Estados Unidos da América.



Portanto, parabênizo V. Exa. pela importante conquista do consulado americano em Belo Horizonte.

O Deputado Jayro Lessa* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, como só me resta 1 minuto para falar, V. Exa. e o Deputado Lafayette de Andrada terão apenas meio minuto.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Jayro Lessa. Somente gostaria de parabenizar essa grande conquista para Minas Gerais. Conheço e reconheço o seu trabalho desde longos anos, por isso tenha a certeza de que o benefício será para toda a população mineira. Em nome do Sul de Minas, gostaria de saudar V. Exa. pela sua determinação. Não é de hoje que V. Exa. levanta essa bandeira para que se torne realidade o consulado americano em Belo Horizonte. Parabéns pelo seu trabalho.

O Deputado Jayro Lessa* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Nestes segundos finais, primeiramente gostaria de parabenizar o Deputado Jayro Lessa, um dos grandes representantes do Rio Doce, por essa importante conquista do consulado dos Estados Unidos para nós, mineiros.

Aproveito estes momentos finais para, de maneira muito enfática, divergir das palavras do eminente Deputado que se pronunciou antes de V. Exa., quando falava da dívida pública mineira com referência à União. É preciso que todos saibam que quem determina as taxas de juros no Brasil é o Banco Central, é o governo federal. Já a taxa de juros que o governo federal cobra dos Estados, cobra de Minas Gerais, sufoca os Estados.

Deputado Jayro Lessa, gostaria de dizer que é fundamental a renegociação da dívida. A Assembleia Legislativa de Minas está de parabéns, pois levantou essa bandeira, e, agora, o Congresso Nacional está começando a querer rediscutir a dívida dos Estados. Parabéns, Deputado Jayro Lessa e muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Jayro Lessa* - Muito obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. Muito obrigado, Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, muito obrigado. Gostaria de lamentar mais um ataque deferido contra mim. O povo de Minas Gerais me confiou já cinco mandatos e tenho procurado aqui na Assembleia Legislativa cumpri-lo com seriedade.

Quando o meu partido foi eleito pelo povo de Minas Gerais para governar, eu estava junto com ele; mas quando foi derrotado nas urnas, estive na Oposição por quatro anos com outros Deputados aqui presentes. Por isso, Deputado Rômulo Viegas, recorri ao art. 164, que é a salvaguarda no Regimento da Assembleia Legislativa aos Deputados quando ofendidos.

O art. 62 do nosso Regimento é muito claro: “O Deputado acusado da prática de ato que ofenda a sua honorabilidade poderá requerer ao Presidente da Assembleia que mande apurar a veracidade da arguição e, não provada a procedência, imponha ao Deputado ofensor a penalidade regimental cabível.”

Sr. Presidente, não sou censor, ao contrário, eu, por cinco mandatos, algumas vezes me sentei nessa cadeira que V. Exa. ocupa, que a Presidência da Assembleia ocupa, para substituir Deputados da Mesa. Pois agora fui proibido de me assentar nessa cadeira; mas nem por isso chamei de censores, ao microfone, os que, aos gritos, atrás de mim, no dia em que eu presidia a reunião, cobravam do Secretário-Geral da Mesa que eu fosse retirado dessa cadeira. A única coisa que fiz, Sr. Presidente, foi acompanhar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. O Regimento dá os prazos de fala aos oradores.

Solicitei ao Deputado que estava na tribuna um aparte e, quando ele me concedeu, faltavam 2 minutos para encerrar o pronunciamento dentro do prazo determinado para o Grande Expediente. Quando ele concedeu aparte a outro Deputado, o tempo estava excedido em muito. É claro que, naquele momento, fiz a defesa do meu partido, do PSDB, tantas vezes aqui achincalhado, desrespeitado. Os nossos Líderes foram desrespeitados. Somos obrigados a ouvir isso sem nos manifestar? Não, isso é um Parlamento. Eu me manifestarei, não me calarei e não aceitarei, em momento algum, palavras ou insinuações que venham a ferir minha honra. Defenderei meu partido e o governo, que não é apenas do meu partido, do PSDB - há outros partidos governando conosco, como o PT, o DEM, o PDT, o PSB. Vários partidos estão conosco nesse esforço de governar este grande Estado, que tantas vezes é humilhado pelo governo federal. Vemos a prova disso aqui, na distribuição dos recursos para Minas Gerais: os recursos vão para o PT, os recursos não vêm republicaneamente para o PSDB e para os partidos de oposição. Que culpa têm as pessoas de Minas Gerais? Elas escolheram o PSDB em primeiro turno, escolheram o mais eficiente, o Governador Anastasia foi escolhido em primeiro turno, escolheram o mais querido Senador Aécio Neves também em votação majoritária para o Senado da República. Isso é democracia. Não é possível agora ser contestado o que o povo decidiu nas urnas.

Não me calarei. Não adianta tentar me calar. Não me importa assentar-me aí, nessa cadeira. Não é do meu feito, não me sentarei aí. Podem me censurar, não me sentarei aí. Mas ninguém me calará. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, essa discussão precisa ser melhor exposta. O Deputado João Leite tem interferido de maneira indevida em diversos momentos. Ele quer ditar quem pode e quem não pode falar, qual assunto ele considera pertinente e qual ele não considera pertinente. Assim ele vai, daqui, de baixo da Assembleia, tentando impingir à Mesa uma forma de fazer política que não permite à Oposição a manifestação.

Essa não é a forma democrática de se travar o debate na Assembleia Legislativa.

Os oradores que estão inscritos concedem ou não apartes, mas não podem ser interrompidos, calados, assim como não lhes podem ser ditados um assunto ou uma determinada norma que a eles compete definir. Isso cria, evidentemente, um atrito desnecessário dentro da Assembleia Legislativa. Não podemos nos subjugar a esse tipo de conduta. Não é possível que pelo império da força e do grito se tente fazer com que a Oposição não tenha voz na Assembleia Legislativa. Isso, de fato, tem acontecido. As reclamações são constantes. A base do governo nomeia uma tropa de choque nas comissões para derrotar requerimento por requerimento que busca fazer qualquer tipo de averiguação em relação ao governo do Estado. Qualquer análise que critique o governo do Estado é, portanto, derrotada nas comissões, não prosperando os requerimentos. Dessa forma, impede-se a Oposição de trabalhar. Assim tem sido o comportamento de setores da base do governo, impedindo o processo democrático. Ora, é contra isso que estamos nos insurgindo.



Não é possível que se trave dentro do Parlamento mineiro um tipo de cerceamento às palavras e ao trabalho que faz um setor deste Parlamento, a Oposição. Então, em primeiro lugar, queria deixar isso de maneira clara.

Em segundo lugar, quero dizer que os ataques feitos ao Partido dos Trabalhadores podem ser feitos se assim julgarem os Deputados que não concordam com o nosso governo. Acharmos isso democrático. Agora, é claro que, do ponto de vista político, isso merece ser debatido. Não é verdade que o governo do Brasil, da Presidenta Dilma não exista em Minas Gerais. Basta andar pelo Norte e pelo Sul de Minas, pelo Vale do Jequitinhonha, que veremos Minas Gerais contemplada não apenas com recursos, mas com políticas públicas aos montes, colocadas em nosso Estado. O próprio Governador Anastasia vive agradecendo à Presidenta, como fazia o próprio ex-Governador Aécio Neves àquilo que Lula fazia de investimentos e que, na época de Fernando Henrique, nunca foi feito em Minas Gerais. Agora, se o governo perde recursos para outros Estados porque não planeja o desenvolvimento, devia fazer uma autocrítica. Isso ocorre porque Minas está sem governo, sem planejamento. Não é problema da dívida que tem 13% como máximo a ser resgatada. Isso não impede, por exemplo, a aplicação na educação e na saúde. Tudo agora virou desculpa da dívida.

Ora, o déficit não era zero? Quebraram Minas. Fizeram o choque de gestão para dizer “não” aos professores e aos trabalhadores da saúde. Agora dizem que a culpa é da dívida. Por que a Bahia não está com esse problema tão sério na segurança pública, assim como os outros Estados.

Solicito ao Deputado João Leite que me permita falar. Daqui a pouco vem censura e acha ruim. É preciso que possamos concluir o raciocínio.

Retomando, outros Estados não têm esse problema de segurança pública que vimos agora. Somos o pior Estado em segurança pública. A cada semana temos uma notícia. O índice de educação em Matemática e Português de novo. É culpa da dívida! Então, os fracassos se transformam em desculpas. Temos outros exemplos, como salas multisseriadas, merenda negada aos professores. Tudo isso é culpa da dívida. Como diz o Deputado Sávio Souza Cruz: “Corta! Choque de gestão; o déficit zero acabou! Choque de gestão!” Assim vai agindo o governo dizendo ser tudo culpa da dívida. Essa desculpa não pega.

Agora, é ruim que a Assembleia Legislativa, com recursos próprios do Parlamento, faça um campanha publicitária que não espelha a Assembleia Legislativa, sem consultar os Líderes. A Assembleia vira linha auxiliar do governo. Isso é incorreto. Isso tem de ser feito com a Mesa. Não foi submetido à aprovação do Colégio de Líderes nem da Mesa da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Lamac* - Sr. Presidente, nobres Deputados...

O Deputado André Quintão* - Um aparte, Deputado.

O Deputado Rogério Correia* - Também gostaria de um aparte.

O Deputado João Leite* - Também gostaria de um aparte, Deputado.

O Deputado Paulo Lamac* - Perfeitamente, caros colegas; concederei apartes com a maior alegria, mas, antes, gostaria de me dirigir aos nobres colegas e aos mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia Legislativa, pois hoje discutimos uma temática importante: o desenvolvimento do Estado. Assim, quero relatar uma audiência pública realizada a requerimento dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura, que acompanhamos ontem, na Comissão de Educação, e que dá continuação a uma temática importante para o desenvolvimento do Estado: o investimento no Cetec, por parceria que está sendo firmada com a Fiemg.

É um assunto muito interessante, que a princípio me causou muita estranheza e preocupação. Mas tivemos oportunidade de visitar o Cetec e conhecer profundamente o seu projeto, e ficou muito clara a busca que se faz. Na audiência pública realizada ontem, sentimos claramente a preocupação e o empenho do Secretário Narcio para recuperar o processo de desenvolvimento tecnológico do nosso Estado, porque, lamentavelmente, encontrou um modelo falido e abandonado: o Cetec, que já foi palco de grandes trabalhos de desenvolvimento de tecnologia, hoje está em estágio retardado com relação à produção de conhecimento e de tecnologias aplicáveis ao crescimento do Estado de Minas Gerais. Esse é um dos elementos que contribuem para esse processo de desindustrialização, uma realidade hoje no Estado.

Assim, quando vemos o debate que os colegas vêm travando sobre o endividamento e os juros, ficamos bem preocupados, até porque a dívida do Estado preocupa a todos os mineiros, pois, no fim das contas, somos nós que vamos pagá-la. E essa dívida vem aumentando nos últimos anos. Não sei se o Deputado Adelmo Carneiro Leão se encontra presente...

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Um aparte, Deputado.

O Deputado Paulo Lamac* - Perfeitamente. Vou conceder aparte ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que tem discutido a questão da dívida e do seu impacto na nossa economia.

O Deputado João Leite* - Mas já havíamos pedido aparte anteriormente, Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Paulo Lamac* - Depois do Deputado Adelmo, vou conceder...

O Deputado João Leite* - Pedimos o aparte, assim como o Deputado Lafayette.

O Deputado Paulo Lamac* - Perfeitamente; e vamos conceder os apartes, Deputado. Concedo aparte ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado André Quintão* - Depois, pela ordem alfabética, é o André. Certo, Deputado Paulo Lamac?

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - A prerrogativa da concessão do aparte é de quem está com a palavra. Assim, quero agradecer ao Deputado orador, que tem o direito de escolher a quem concederá aparte. Por isso mesmo, não vou me submeter à censura do Deputado João Leite.

Mas quero tratar da questão da dívida...

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, novamente peço a palavra pelo art. 164, pelo “à censura”.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Quero dizer que estou muito constrangido com essa questão. No início deste mandato, tratei dessa questão e sei da gravidade e da seriedade da dívida dos Estados brasileiros com a União. Sei que é tão grave que, somente remanejar a dívida de Minas ou dos Estados para a União, sem o comprometimento de uma política de Estado, não vai resolver grandes coisas. Sei que essa propaganda que a Assembleia de Minas está fazendo tem muito pouco significado, mas abre



brechas importantes para debatermos a questão da dívida. Por isso, também não estou nem um pouco preocupado com a consequência dessa propaganda – porque sei que ela abre brechas para tratarmos dessa questão.

Mas estou constangido porque constituímos, ou melhor, a Presidência da Assembleia constituiu uma Comissão Especial que presido e que já estaria extinta, não fosse a assinatura dos meus mais próximos Líderes, Sávio Souza Cruz e Rogério Correia, para que ela tenha continuação. Acho muito importante que ela tenha continuação, e eles sabem disso. Também sei por que não assinaram... Têm razão: está acontecendo hoje, em Valadares, uma reunião que está sendo chamada de uma reunião da comissão que não existe. Ou seja, está acontecendo um erro nesse processo de condução.

E há algo ainda mais grave, que talvez os Deputados Rogério e Sávio possam nos explicar. Temos cinco requerimentos da Comissão da Dívida, de 2011, para serem votados nesta Casa. Cinco requerimentos, Deputado Duarte Bechir. São importantes porque tratam de busca de solicitação de informações, e a coisa aqui não anda. Essa discussão nesse amassa, que não formará nada, não formará telha nem nada. Aqui não tem cerâmica, apesar de um “amassa barro”. Esse é um problema sério e grave, do qual devemos tratar. Não tenho de tratar do governo de Minas ou do governo da União, mas dos Estados - de Minas e da União. Não estamos sabendo ligar e discutir isso. Há um certo oportunismo absolutamente inaceitável. Vi pessoas do bloco do governo acusar o PT por essa dívida. Isso também não resolve, não ajuda. Precisamos ter informações e dados e, sobre eles, tratarmos dessa questão e buscarmos a solução desse problema, que é extremamente grave. Há alguns equívocos, muitos, de todos nós, por falta de informação. Há pouco, ouvi o Deputado Lafayette de Andrada falar que é o governo que define os juros. V. Exa., meu caro amigo Deputado, está absolutamente equivocado.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Os juros da União são decididos pelo governo, pelo Banco Central.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Essa dívida é pactuada, é convencionada. É de 1998.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Não falei da dívida. Falei da política de juros do governo federal, do Banco Central.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - É dessa dívida que estamos tratando, não é de outra. Então, não podemos misturar alhos com bugalhos. Isso é perigoso, porque falamos de uma coisa, tratando de outra. Qual a intenção disso? Que ajuda é essa? Esse problema é sério. Outra coisa: a dívida foi contratada, existe e quero saber o seu conteúdo. Há muita gente aqui que está fazendo discurso e não quer saber do conteúdo. Há muita gente falando que a dívida do Estado de Minas com a União deve ser revista, e entrei nessa, porque acredito na minha Presidenta e no meu governo. Se os outros não fizeram, este fará, como está fazendo algo revolucionário no País, contestando, aliás, não só esses juros, mas os juros para a sociedade. Hoje a classe média pode chegar à Caixa Econômica Federal e encontrar uma situação extraordinariamente diferente da dos bancos privados, que estão incomodados com a redução dos juros da Caixa Econômica Federal, dos juros do cheque especial, dos empréstimos, da compra de carros, da compra de equipamentos para as casas do Minha Casa, Minha Vida. Isso é o importante, e não estamos discutindo, mas brigando por coisas que devemos resolver conjuntamente. Essa questão é nossa, é de Estado. Essa briga não nos leva a nada, se não tratarmos da nossa realidade, nos aprofundarmos para conhecermos o que está posto aqui.

Desculpe-me por ter ultrapassado o limite de tempo, mas isso me incomoda demais, porque não sei que tipo de proveito alguém quer tirar dessa discussão, se não o de repactuarmos essa dívida com a União, com a Cemig, que está colocada de lado e é muito grave. Vocês não conhecem isso. Conheço um pouquinho da situação dos contratos com a Cemig. É uma indecência e eles foram assinados pelos Governadores passados.

O Deputado Paulo Lamac* - Juros altos, Deputado?

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Juros absurdos. E há mais ainda que vocês não sabem: na dívida que não foi paga pela Cemig - e ela não foi paga no seu inteiro teor -, além dos juros que chegaram a 12% e caíram para 8,18%, há a correção de juros de mora de 1% ao mês, Deputado Rogério Correia. Isso significa que, somados os juros - não é correção, Deputado Sávio Souza Cruz -, eles chegam a 24%, e aqui ninguém trata dessa questão. Estamos brigando em cima de quê? Quem é o culpado disso? Se há culpados, não sei. Apenas sei que há responsáveis e, por isso, propus essa questão: hoje a responsabilidade é de quem governa o Estado de Minas Gerais, os Estados brasileiros e a União - é responsabilidade do meu governo também.

O Deputado Paulo Lamac* - Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, pois nos satisfaz muito essa participação qualificada de um Deputado que tem realmente se aprofundado na questão da dívida e mostrado a sua origem e o seu crescimento, que tanto nos preocupam.

Há vários Deputados aqui, e quero conceder aparte a todos eles. Inicialmente a quem solicitou primeiro, e pela ordem alfabética, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Obrigado. Quero parabenizá-lo, Deputado, pelo pronunciamento e dizer que essa discussão sobre a dívida de fato é muito séria. Em boa hora os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura propuseram que esta Casa constituísse uma comissão especial, um calendário de debates. Então queria parabenizar o protagonismo do PT e do PCdoB ao levantar essa discussão. O Congresso Nacional hoje tem uma comissão especial que discute também a renegociação da dívida, e já há uma proposta, que não agrada a todos: a mudança do indexador para a taxa Selic. Mas essa proposta já é um avanço, porque isso ficou praticamente como um assunto proibido durante muitos anos.

Mas eu também queria fazer coro aos demais, e acho que isso não deve ser culpa da Mesa; talvez seja da empresa que fez a campanha de “marketing”, porque tudo agora é culpa da dívida. Eu me assustei porque vi naquela cancela da Assembleia: está faltando sala de aula, é culpa da dívida; está faltando remédio no posto de saúde, é culpa da dívida; está faltando sala multisseriada, é culpa da dívida; as estradas estaduais estão com buracos, é culpa da dívida. Ai, não. Está havendo uma apropriação política para desgastar o governo federal e tirar do governo estadual suas responsabilidades em torno de um assunto muito sério e que está sendo tratado de maneira republicana nesta Casa. Ai não podemos concordar. Não estamos aqui para dizer amém para tudo. Está errado, isso tem que ser revisto. A Assembleia acerta tanto nos seus seminários, nos seus fóruns de debates, e teremos agora a discussão da Comissão Especial da Violência contra a Mulher. Isso tem de ser divulgado pela televisão. O seminário “Pobreza e desigualdade” não

foi para a televisão e não houve propaganda na televisão. Agora tudo é culpa da dívida. Está errado, isso tem que ser revisto. Acho que o Presidente tem que cancelar, suspender, não o debate em torno da dívida. Mas é preciso discutir.

Não adianta, Deputado João Leite, não vou cair em provocação. O PSDB está doido para o PT não entrar na aliança, porque está de olho e goela larga na Prefeitura. Mas o PT vai com jeito, democraticamente. Vocês vão ter que nos engolir na Prefeitura por mais quatro anos. Vocês não têm condição de lançar candidato para ficar lá muito tempo, tiveram que pedir ao Pimentel para fazer um acordo para entrarem na Prefeitura, e agora não querem largar de jeito nenhum. Vão ter que engolir de novo o PT lá. Não vou entrar nessa provocação porque isso é assunto partidário. Vamos discutir esse assunto dia 15 de abril. O Presidente Marcus Pestana está fazendo ótimas indicações, continue assim. Ele conhece muito bem o PT.

Mas a dívida é assunto sério, Deputado Paulo Lamac. Não dá para agora tudo que está errado em Minas ser culpa da dívida. E dizer que a dívida existe por causa do governo federal, da Dilma, do Lula. Aí está errado. Sinceramente farei um apelo ao Deputado Dinis Pinheiro para continuarmos o debate, o diálogo. Minas Gerais e a Assembleia estão sendo protagonistas, de fato, e isso é positivo. O Deputado Adelmo Carneiro Leão tem toda razão. Mas não vamos exagerar na propaganda que induz o mineiro a achar que tudo que acontece de errado é por causa da dívida. O Renan Ribeiro está comendo frango, é culpa da dívida. Tudo agora é culpa da dívida. Aí não tem jeito. Sinceramente faço coro aqui com o nosso Líder, Deputado Rogério Correia, para colocarmos um freio nessa campanha da forma que está. Continua o debate, divulga o trabalho da Assembleia, mas colocando a culpa toda na dívida? Tudo é a dívida? Aí estamos iludindo, enganando o povo mineiro, e a Assembleia de Minas não vai cumprir esse papel, até porque há um monte de projeto de empréstimo aqui. O governo não vai querer que a Oposição ajude a aprovar esses projetos? É mais dívida. É culpa da dívida também? Não. Então acho que deve haver menos propaganda e mais ação.

O Deputado Paulo Lamac* - Quero agradecer aos Deputados a participação, pois eles enriqueceram o nosso pronunciamento. Além disso, quero justificar-me com os demais colegas, pois infelizmente não foi possível compartilharmos o tempo. Tenho certeza de que muitos enriqueceriam a nossa fala, mas certamente terão oportunidade de fazer aparte ao pronunciamento do próximo orador. Gostaríamos de ter concedido aparte aos Deputados Rogério Correia e João Leite, bem como a todos os parlamentares que o solicitaram, mas pelo exíguo tempo não foi possível. Certamente, na próxima vez, teremos essa oportunidade. Sr. Presidente e colegas Deputados, obrigado. Nossa saudação aos mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Luzia Ferreira, telespectadores da TV Assembleia, ocupo a tribuna da Assembleia Legislativa sem medo. Graças a Deus, o medo foi algo que perdi. Enfrentei muitas lutas na minha vida desde a minha infância, na minha querida Vila Oeste, e também na minha longa carreira no esporte, em grandes estádios de adversários. Lembro-me de que enfrentávamos muitos que queriam ganhar no grito, na ofensa. Às vezes, sozinho na baliza, na goleira, a torcida adversária lançava tudo contra mim. Hoje fico assistindo ao futebol e vendo como a vida do atleta é tão mais tranquila, pois nada pode ser lançado dentro do campo. Sou do tempo da invasão de campo, da agressão, das homenagens a minha mãe e a minha família no campo de futebol. Então a experiência da vida deu-me muita coragem. Não tenho medo de grito, de palavras duras lançadas contra mim, de discutir as questões. Estou aqui diante da indicação da Andréa Pereira da Silva para o Conselho Estadual de Educação. Não tenho medo também de defender o meu partido, o PSDB, e o governo do eficiente Prof. Anastasia, eleito em primeiro turno. Tenho companheiros e companheiras valorosos. O governo tem uma ampla frente de apoio nesta Casa, composta por Deputados experientes e jovens que acreditam nele. Não são palavras de intimidação e gritos que nos farão recuar. Iremos firmes à frente.

Estamos diante de uma indicação do Governador para o Conselho Estadual de Educação, indicação esta que atendeu a todos os trâmites da Assembleia Legislativa. A conclusão do relator da matéria é de que a Dra. Andréa tem ampla experiência profissional no setor educacional, com capacidade para desempenhar com eficiência as elevadas competências atribuídas ao cargo de Conselheira.

Portanto, chega ao Plenário da Assembleia Legislativa a indicação do nosso Governador, mas já tivemos uma apreciação cuidadosa dela por meio de uma comissão especial. É assim que age o nosso governo: respeita a Casa Legislativa e lhe envia suas indicações. Não é governo de decreto e de medida provisória. É governo democrático, eleito democraticamente e respeitado pela sua base na Assembleia Legislativa. Base esta escolhida não pelo Governador nem pela Assembleia Legislativa, mas, sim, pelo povo de Minas Gerais. Quando escolheram o Governador Anastasia, escolheram os partidos que o apoiaram e essa base para dar sustentação ao governo Anastasia. É esse o governo democrático. Um governo que vem à Assembleia Legislativa discutir orçamento e o Plano Plurianual de Ação Governamental; um governo que aceita constitucionalmente, apesar de muitos governos não aceitarem isso; um governo que aceita a fiscalização permanente da Assembleia Legislativa.

Vejam, Srs. Deputados, o número de audiências públicas solicitadas nesta Casa e atendidas pelo governo do Estado que está aqui sempre presente. Por isso, não tememos o debate. O que tememos é o desvirtuar do debate; é o esquecimento do Regimento desta Casa Legislativa, que é a garantia democrática do Parlamento. O que temos medo é de que esse Regimento seja permanentemente esquecido, abandonado. Alguns que não querem atender o Regimento da Casa dizem que, quando o Regimento é chamado, significa censura. Ora, as relações democráticas pressupõem regras, e regras democráticas pressupõem regimentos. Toda vez que a Assembleia Legislativa se reúne para preparar um ciclo de debates ou um seminário, a primeira coisa a fazer pelas entidades que virão à Assembleia Legislativa realizar esse evento é constituir um regimento. Por isso, é o Regimento da Assembleia Legislativa que determina. Por exemplo, todas as vezes que temos uma indicação, é preciso analisar o nome da pessoa indicada. Na oportunidade, temos o nome da Dra. Andréa Pereira da Silva para compor a Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Estadual de Educação. No entanto, muitas vezes lamentamos a demora em votarmos essas indicações para que essas pessoas possam trabalhar e ocupar o seu cargo destinado pelo Governador que, por força constitucional de uma emenda constitucional do ex-Deputado Miguel Martini, determina que todos os Conselheiros, aqueles que ocuparão Presidências de órgãos, têm de passar por uma avaliação de uma comissão especial da Assembleia Legislativa e pela avaliação do Plenário da Assembleia Legislativa.

Portanto, Srs. Deputados, estou aqui novamente pronto para debater e para conversar sem medo. Na verdade, não tenho medo de nada.

A vida me ensinou a não ter medo. Já enfrentei adversários duríssimos, que me atacaram pelas costas, que me feriram. Não tenho medo. Não tenho medo de debate, não tenho medo de embate, não tenho medo de ferimentos, não tenho medo dos que traem pelas costas, porque, apesar dos que me feriram, Deus me fez continuar firme em minha vida. Por isso não tenho medo de nada. Tenho medo, muitas vezes, dos que usam a palavra como sofistas da Grécia antiga, que acham que, pelo belo discurso, ganharão o público, as pessoas. Na Grécia eram eles, no tempo do meu Senhor, do Mestre Jesus, os fariseus. Jesus alertou-me: cuidado com o fermento dos fariseus, o fermento contamina, leveda toda a massa; cuidado com o fermento de Herodes, a sociedade de corte, os gestos da corte, os gestos do poder. Ele me alertou sobre isso. Tenho medo dos que não obedecem às regras e que, para dizer, de alguma forma, que atendem às regras, chamam os que as defendem, que defendem os regimentos, os limites, de censores.

Portanto, continuo nesta Casa com a confiança do povo de Minas Gerais por cinco vezes, Deputado Paulo Guedes - e já concluo - desassombrado, sem medo, sem medo de debater, de defender o meu partido, de defender o meu governo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde. Cumprimento o Deputado Paulo Guedes, que hoje preside nossa reunião.

Neste momento, quero fazer a discussão da indicação, pelo Governador do Estado, da Profa. Andréa Pereira da Silva para o Conselho Estadual de Educação. Votaremos favoravelmente à indicação da Sra. Andréa Pereira da Silva pelos motivos expostos na comissão de arguição. Por ser um conselho de educação, com certeza esse tema merece algumas considerações.

Anteontem, no lançamento do Fórum Nacional de Educação no Plenário desta Casa, assistimos, perplexos, a mais uma manifestação do Sind-UTE, que mostrou que, mesmo depois de 112 dias de greve, o governo não pacificou a categoria. Permanece, em relação à educação, um atrito muito grande e que muito tem prejudicado o Estado. Assistimos nos jornais a imprensa fazendo o papel fundamental de expor para a sociedade mineira que Belo Horizonte e Minas Gerais regrediram em relação ao ensino fundamental de matemática e de português. As notas do ano passado foram piores do que as notas do mês anterior. Havíamos assistido também, perplexos, à interpretação de uma lei federal que trata da alimentação escolar pela Secretaria de Educação. Foi essa a interpretação da lei: era preciso não permitir que as professoras, Deputado Adelmo Carneiro Leão, se alimentassem junto com os alunos na escola.

Interpretou dessa forma em nítida perseguição aos professores.

Assistimos, estarecidos, aos professores aqui reclamando que foram perseguidos e não tiveram acesso às férias-prêmio, a que têm direito.

Assistimos, ainda, aos professores se manifestarem, por meio do sindicato, que não têm diálogo com a Secretaria Estadual da Educação e que os problemas que levaram a 112 dias de greve permanecem. Isso para não dizer da questão salarial dos professores de Minas, que também não está resolvida.

Vimos aqui os professores se manifestarem de forma, no meu entender, democrática, mas batendo pratos vazios para chamar a atenção de um governo insensível. Os professores foram chamados por alguns Deputados e outros que aqui adentravam de bárbaros, como se na sociedade não existissem problemas, porque em Minas Gerais o governo os esconde. Mas o poeta já dizia: "Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem." Assistimos aos professores se rebelando ante uma atitude antidemocrática; e é, do governo do Estado.

Então, Deputado Adelmo, ao que assistimos esta semana foi aos professores, de novo, adentrando o Plenário desta Casa, como fizeram durante 112 dias de greve, para dizer, alto e bom som, que o choque de gestão está levando a educação de Minas Gerais a índices muito piores do que aqueles que existiam anteriormente a esse choque.

Os professores nos entregaram, e mostro aqui na TV Assembleia, um dossiê. Se o governo não mandar retirar das escolas, os professores poderão ter acesso a ele. Digo mandar retirar, porque houve uma ordem de retirada de cartazes do sindicato das escolas. Houve um repressão posterior à greve sem limites quando o sindicato informava aos professores os votos dos nobres Deputados aos projetos de lei. Houve uma orientação de serem arrancados os cartazes das escolas pelas Diretoras. Depois as obrigaram a distribuir cartas aos alunos com o pensamento único do governo do Estado. Então, todo esse autoritarismo persiste, Deputado Paulo Guedes.

Como dizia, os professores entregaram aqui a todos o dossiê da educação em Minas Gerais. O último item fala de salário. Esse nem vou repetir aqui, pois todos sabem que um professor ganha mal, que o governo de Minas não paga o piso salarial nacional profissional, que, enfim, os professores estão descontentes do ponto de vista salarial.

Mas eles deram, no dossiê, os números da educação. Discuto isso agora porque vejo o nome de uma professora indicada para o Conselho de Educação Estadual, a fim de que ela defenda a educação pública a partir de uma visão que tem os nossos mestres e as nossas mestras.

O dossiê diz que, de acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - Pisa -, apenas 30% dos estudantes da rede estadual encontram-se num estágio recomendável de leitura; 18,8% em nível recomendável em Matemática e 25% em Ciências. Vai mal a educação em Minas Gerais com o choque de gestão. Diz, também, que apenas 35% das crianças mineiras até cinco anos frequentam estabelecimentos de ensino. Vai mal, Deputado Adalclever Lopes, a pré-escola em Minas Gerais com o choque de gestão.

Ainda sobre a qualidade da educação, a realidade de Minas é preocupante, pois 76% das escolas de ensino fundamental não possuem laboratório de ciências, 55% não possuem quadra de esporte, Deputado Marques, e 11% não possuem sequer biblioteca. O choque de gestão faz mal para a educação.

As palavras do governo Anastasia são as mesmas do Senador Aécio Neves: choque de gestão! Corta-se na educação, na saúde, na segurança pública, pois o déficit tem de ser zero. Assim, esse choque de gestão foi trazendo índices sofríveis para Minas Gerais.

O dossiê continua dizendo que a escolaridade média da população adulta mineira é de 6,9 anos. De acordo com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, 93% das crianças de 6 aos 14 anos estão nas escolas, mas apenas 68% dos adolescentes de 16 anos conseguem concluir o ensino e somente 48,5% dos jovens de 19 anos também.

Ou seja, a repetência é maior em Minas, e não se pode dizer que seja culpa da dívida. Não! A culpa é do choque de gestão; a culpa é da falácia do déficit zero e do endividamento. Lembro-me do tempo do FMI e de FHC: por muitas vezes, repetimos “Fora daqui, FMI e FHC”. Isso aconteceu no Brasil, mas em Minas, Deputado Sávio Souza Cruz, persiste a tônica Tucana, a ordem Tucana, qual seja: endividar; depois, privatizar - endividar e privatizar, endividar e privatizar... São sinônimos do choque de gestão e do déficit zero. O resultado vê-se nesse dossiê que o Sind-UTE nos apresenta.

Sobre o ensino médio, diz-se aqui que, nos últimos seis anos, houve uma redução de matrícula de 14,18%. Cortam-se alunos do ensino médio, Deputado Adelmo! É o choque de gestão; é o déficit zero! Cortam-se alunos do ensino médio! Nada de Promatec! Assim vai a nossa educação, como se vê no dossiê aqui apresentado. Comparada à média nacional, Minas Gerais tem a pior colocação em qualidade da escola de ensino médio. Pasmem, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembleia: 96% das escolas não têm sala de leitura; 49% não têm quadra de esporte; e 64% não têm laboratório de ciências. Essa é a escola do choque de gestão; essa é a escola do Senador Aécio Neves e do Governador Antonio Anastasia.

Por isso o debate na Assembleia é sempre censurado. Aparece um Deputado censor; um corajoso Deputado que diz que tudo enfrenta, mas, principalmente, que quer censurar. Assim vai Minas Gerais. Assim vai Andrea Neves grassando, com qualidade, perseverança e muita tranquilidade, também nas redes de televisão e na imprensa. Até na Assembleia isso costuma acontecer. Quando eu falo, o canal da Assembleia costuma ser atrapalhado. Já aconteceu aqui, Deputado André Quintão – não sei se V. Exa. se lembra -, de os raios solares interferirem no sinal da Assembleia. “E la nave va”! E a censura vai; e o Deputado, valente, vem anunciar que jamais permitirá – palavra que ele gosta de usar – que o seu governo seja questionado. Mas questionaremos, em nossa simplicidade, um governo que faz o choque de gestão e uma das piores educações que temos no Brasil. E não diga que isso é culpa da dívida! Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, estamos aqui para discutir a Indicação nº 38/2012, pela qual a Sra. Andréa Pereira da Silva vai compor, após a aprovação do Plenário, o Conselho Estadual de Educação.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a educação é, como tudo, responsabilidade e dever de qualquer cidadão. Digo de qualquer cidadão, porque os empresários, os patrões, cada qual a seu modo e em suas condições, devem oferecer a seus funcionários algo que possam acrescentar a seu conhecimento; mas é também uma obrigação governamental. Estamos aqui para debater o Plano Decenal, ou seja, as medidas, diretrizes e metas para o decênio 2011-2012. Ouvimos o Deputado Rogério Correia fazer suas considerações e comentários a respeito da educação em Minas Gerais, educação esta que, pela quinta vez consecutiva - em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, além de 2012 -, faz de Minas o primeiro Estado na avaliação em matemática.

Vimos aqui o Deputado Rogério Correia enaltecer a educação em Minas lembrando que o aluno que ficou em primeiro lugar no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais é aluno da escola pública do governo de Minas Gerais, aluno da escola da rede pública. Querem conquista maior que essa? Querem saudação maior do que reconhecer esse valor? Não podemos entender nem conseguimos conceber como o sindicato que representa a categoria, o sindicato que deveria brigar pela sua categoria seja o primeiro a questionar as avaliações que dizem - prestem bem atenção -, que confirmam, que mostram que os professores de Minas são os mais capazes do Brasil. O Sind-UTE diz: “Não são os nossos professores”. A Sra. Beatriz diz: “Essa não é nossa funcionária, essa mulher não deve pagar sindicato, porque está boa demais”. Minas não pode alcançar esses níveis de educação, porque, se dissermos que isso está acontecendo, vem o Senador, o bravo Senador, o competente Senador, o competente mineiro, o respeitado Senador Aécio Neves, que poderá nos tomar o posto de Presidente da República. Vamos exterminar esse povo, exterminar aqueles que julgam defender o Senador Aécio Neves, mas a mim não. Pode grampear o meu telefone, governo federal. Manda grampear o meu telefone, manda me perseguir, mas isso não muda a minha opinião. Estarei defendendo Minas Gerais. O Deputado João Leite nos mostrou, há pouco, os investimentos do governo federal, em Minas: são prioritariamente nas Prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores. É mentira? Não é mentira, mas verdade. Não podemos nem devemos ocultar a verdade, mesmo que ela nos faça mal. É preferível não falar. Quem administrou o Estado de Minas, antes do Senador Aécio Neves? Quais os partidos? Pedro negou Jesus por três vezes. Perguntaram a ele: “Pedro, o senhor conhece aquele homem?” Pedro disse: “Não conheço”. Assim é a Oposição, nesta Casa. Não querem reconhecer os esforços, a organização do Estado de Minas Gerais.

Querem um exemplo mais clássico? A atual Ministra das Relações Institucionais, a Sra. Ideli Salvatti, que foi candidata ao governo de Santa Catarina, autorizou e pagou a um servidor do gabinete do atual Governador de Brasília, o Sr. Agnelo Queiroz, quase R\$800.000,00 para um projeto de criação de peixe. Foram lá agora para observar o projeto e encontraram plantação de mandioca. É mentira? Então, me processem. Digam que estou mentido. Põe peixe e nasce mandioca. Será que não foi banana que nasceu lá? Aqui para o eleitor: é “banana”. Acho que deveria ter nascido banana, em vez de peixe. A Ideli Salvatti autorizou uma licitação para comprar mais de 30 lanchas, e elas estão lá encalhadas. A empresa que fabricou as lanchas doou R\$150.000,00 para o PT de Santa Catarina e, quando questionada, a Ministra Ideli disse: “Mas não veio para mim, mas para o partido”. Contudo, ela era candidata a governadora.

O Deputado André Quintão* - Um aparte, Deputado.

O Deputado Duarte Bechir - Neste período, não tem aparte.

O Deputado André Quintão* - Não estamos discutindo o Ministério da Pesca, mas a indicação da professora.

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Guedes) - Deputado Duarte Bechir, V. Exa. está desviando-se da discussão. Peço que V. Exa., de fato, prossiga a discussão da matéria em pauta.

O Deputado Duarte Bechir - Só gostaria que V. Exa. me desse mais um prazo, pois fui interrompido pelo Deputado André Quintão. Do contrário, não conseguirei concluir a minha fala. Então, a educação começa nas nossas ações.

Somos embaixadores da educação. A professora que hoje recebe o nosso parecer, Andréa Pereira da Silva, assim como os demais mestres que estarão compondo nosso Conselho Estadual de Educação, sabe da realidade e reconhece os avanços da educação em Minas Gerais.



Para finalizar, quero dizer que este governo investiu mais de 300% após assumir o governo anterior, em percentuais financeiros. É inegável. Então, Sr. Presidente, quero dizer que não temo a verdade, sou pela verdade, doo a quem doer. Mas quando acender um fósforo, procure saber se não há gasolina ou alguma coisa que tenha combustão que possa explodir na sua própria face. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, se me permite, usarei a tribuna.

Já que não precisarei de todo o tempo para discutir essa singela inversão de pauta, e queria até ter usado parte do tempo para discutir a indicação da Profa. Andréa e dizer que vamos votar favoravelmente a ela. Gostaria também de informar que fiquei numa situação quase que constrangedora na condição de relator da indicação do Dr. Genilson para a Presidência da Fucam. No desenrolar da sabatina, verificamos tratar-se de servidor público federal que ainda não tem a sua disponibilidade para o Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente – Gostaria de lembrar, Deputado Sávio Souza Cruz, que V. Exa. está encaminhando o requerimento de inversão de pauta.

O Deputado Sávio Souza Cruz* – Eu expliquei que, como não precisarei de todo o tempo, estou aproveitando para falar primeiro da Profa. Andréa e dessa situação em que fiquei, que queria tornar pública. Ficamos, não só este relator e Deputado, mas a Comissão toda, um pouco atordoados diante de uma situação inusitada de um servidor público federal que já está desempenhando funções na condição de designado, suponho eu. Não podemos nos manifestar e dar um parecer, porque ele não tem ainda, sendo servidor público federal, a pré-condição legal, que é a sua cessão oficial para o governo de Minas. Não sei a quantas anda essa situação.

Quero dizer, sobretudo, a respeito do que foi muito discutido na reunião de hoje, Sr. Presidente. É muito séria essa situação. A Comissão Especial da Dívida Pública pode ser que venha a ser prorrogada, mas ainda não foi. Não estou dizendo que não será, mas nem o PT nem o PMDB assinaram ainda a sua prorrogação. E hoje o “site” da Assembleia anuncia eventos da comissão que não existe formalmente. Isso aqui virou um “road show”. A instituição Assembleia Legislativa tem usado isso, num “road show”, servindo aos interesses políticos, provavelmente do Senador. A publicidade montada dentro de uma lógica partidária. Eu comentava que as peças publicitárias disseram que a dívida é responsável por haver menos saúde, menos educação, e o Governador mandou um projeto aqui para fazer mais dívidas. Como é que a Assembleia, que institucionalmente se manifesta dizendo que dívida é menos saúde, dívida é menos educação, votará o projeto do Governador, que quer fazer mais dívidas? Quer dizer que o Governador quer menos saúde, quer menos educação?

Como a Assembleia, que tem essa posição institucional, vai concordar com o Governador que quer menos saúde e educação? Não tenho nada contra discussão política. Se o PSDB tem uma posição, vai afirmá-la com os seus recursos, e não com recursos públicos. Se o meu partido, o PMDB, tem outra, vai afirmá-la com os seus recursos, assim como o PT, partido de V. Exa. Então cada um com a sua posição política. O que não pode é a instituição ser usada com objetivo político de qualquer partido político. Isso é muito sério. É necessário e urgente que a Mesa e o Colégio de Líderes se reúnam, sob a Presidência do Deputado Dinis Pinheiro, para tomarem uma posição sobre o que está acontecendo na Assembleia Legislativa. Isso não pode continuar desse jeito, com a Assembleia sendo usada para promover um “road show”, fazer um espetáculo, aliás, uma caravana espetaculosa para demonizar a dívida e criar um derivativo responsabilizador da dívida de todas as incompetências do governo do Estado, que agora promove a maior insegurança de Minas Gerais, que está com índice de criminalidade altíssimo. Este é o único Estado do Sudeste onde a criminalidade sobe. Além disso, voltando aos tempos de 30 a 40 anos atrás, com as turmas multisseriadas na educação. A saúde está uma tragédia, e as estradas estão abandonadas. Como já cansei de dizer, a preocupação aqui é só a versão publicitária, ou seja, é só a publicidade que a D. Andrea controla para fazer a campanha do Senador. É só isso. A Cidade Administrativa vai se tornando comitê do Aécio e vai tocando a farsa, construindo um mito. E agora até a Assembleia, ou seja, os recursos da Assembleia estão manipulados na lógica da publicidade enganosa. Ah, isso não! Institucionalmente? É necessário e urgente que o Colégio de Líderes e a Mesa se reúnam, sob a Presidência do Deputado Dinis Pinheiro, para verificar como sairemos desse embaraço. Isso é fundamental. A situação não pode ficar assim.

Retornando ao tema, queria dizer que concordo de forma absoluta com a inversão de pauta sugerida e requerida pelo Deputado Lafayette de Andrada, porque ela promove uma celeridade muito importante no andamento dos trabalhos legislativos. A Oposição nesta Casa não concorda com a obstrução antipatriótica que a base do governo vem fazendo nesta Casa. Não se sabe o porquê. Até me assustei. Quero denunciar que o governo está sendo chantageado por sua base, que quer exigir liberações de emendas e mais emendas, colocando a faca no peito do governo, e aqui não comparece. Nós, da Oposição, é que temos de fazer quórum e estar presentes para votarmos as coisas de interesse do povo de Minas Gerais. A base não fica, não está aqui. Só a Oposição se encontra presente para defender os interesses do povo de Minas. É só isso, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, quero ter a oportunidade de fazer também essa discussão sobre a proposta do Deputado Lafayette de Andrada, que é bastante interessante: a inversão da discussão dos vetos do governo, até para melhorar a nossa pauta de discussão. Ele tem toda a razão em propor essa inversão, porque precisamos votar. Infelizmente a base do governo, como muito bem dito pelo Deputado Sávio Souza Cruz, não tem comparecido. Hoje tentaram fazer votação eletrônica e sem a Oposição não se vota. Então essa inversão é muito importante, até porque, antes do término desta fase da reunião, discutíamos aqui a indicação da Profa. Andréa para o Conselho Estadual de Educação, que, aliás, é importante. Tive a oportunidade de participar de algumas sabatinas.

No entanto, Sr. Presidente, a questão de maior gravidade, no momento, é a educação de Minas. Minas, depois que vendeu para o povo brasileiro que gastou mais de R\$1.400.000.000,00 em publicidade, vendeu o “Déficit Zero”. Agora estamos discutindo uma questão séria, grave, o endividamento de Minas Gerais, que deve hoje R\$70.000.000.000,00. Pagamos R\$400.000.000,00 de juros por mês. Isso é mais do que se investe na saúde. Às vezes, estamos tentando modificar um pouco essa discussão. Essa campanha da Assembleia sobre a dívida, deixa-nos um pouco assustados. O que acontece, Deputado Sávio Souza Cruz, é que não há, em Brasília, uma voz para discutir a dívida de Minas. Não há nenhuma voz. A única voz que havia, e em relação à qual tínhamos a expectativa que



fizesse isso, era a do Governador e Senador Itamar Franco, que, infelizmente, morreu. E hoje, o Senador do PSDB, ex-Governador Aécio Neves, não tem a autoridade moral para discutir dívida de Minas, porque enganou o Congresso Nacional. Ele era visto lá como o homem que resolveu a questão das finanças de Minas Gerais, que resolveu a situação financeira e econômica do Estado de Minas Gerais. Agora estamos percebendo que a situação do Estado de Minas é muito pior do que possamos imaginar; aliás, disse isso hoje, em uma reunião em Governador Valadares, para o povo mineiro. Não sabemos ainda dimensionar o problema sério da falência de Minas. Estamos denunciando essa falência há mais de quatro anos. Participei de várias reuniões, criava dificuldade e fazia desafios a vários Secretários estaduais, para que informassem a esta Casa ou à comissão da qual eu participava sobre o investimento que Minas Gerais havia recebido nos últimos tempos. Nenhum deles soube responder. Ainda diziam: “Espere, pode ir lá estudar, que, em 10 dias, ele responde”.

Amanhã, a Assembleia estará realizando aqui um ciclo de debates sobre a desindustrialização do Estado de Minas Gerais. Isso quer dizer que não tivemos industrialização. O que aconteceu foi que várias empresas foram embora, deixaram Minas Gerais. Pelo menos agora, quatro anos depois, a Assembleia está preocupada e vai realizar esse debate aqui, amanhã, às 14 horas. Isso é para que vocês que estão nos ouvindo, que estão no Plenário vejam as dificuldades por que o governo está passando. As dificuldades são muito mais sérias do que se pode imaginar. Tenho certeza absoluta de que colocaram uma venda no Governador Anastasia. Ele não sabe o que está acontecendo em Minas Gerais, ele não sabe o que está acontecendo na Polícia Civil, na segurança pública de Minas, ele não sabe o que está acontecendo na educação, que acabou. Estão brincando de fazer educação em Minas. Estão acabando com o Cesec, um dos poucos órgãos da Secretaria que funciona. Há muitas formas. Hoje professor não pode se alimentar na escola. São medidas tão bisonhas, que não acreditamos que o Governador tenha conhecimento disso. Mas, por quê? Por causa do puxa-saquismo excessivo desta Casa, da maioria dos Deputados que dizem que são amigos do Governador, e da incompetência de várias Secretarias de Estado, que têm coragem de defender as salas multisseriadas, Presidente Paulo Guedes. Salas multisseriadas existiam há 30 anos, quando fui Prefeito da minha cidade. Lá existia isso. Era uma forma de se ter educação, ou fingir que havia educação. Agora estão voltando com isso.

Deputado Doutor Wilson, visitarei uma sala, na sexta-feira, que tem uma professora dando aula para dois meninos de 6 anos - exceção - e sete na 9ª série; isso sem contar outras séries, como uma 5ª e uma 6ª séries. Isso não pode acontecer. É caso de polícia.

Mas infelizmente também não há polícia, porque ela não tem carro para circular nem gasolina. Então nem a polícia pode resolver isso. Quem pode resolver somos nós: denunciando e mostrando ao povo mineiro o que está acontecendo, para que eles possam se indignar, pois o povo hoje está tão acomodado que nem indignação há mais. As pessoas não se indignam por mais nada. As coisas acontecem, e elas preferem deixar para lá, deixar acontecer, preferem se calar.

Minas está falida; quebrou. Minas quebrou na educação, na segurança pública, na fiscalização.

A discussão que haverá aqui amanhã, Deputado Sávio Souza Cruz, é sobre algo que denunciemos lá atrás. Volto a repetir: qual empresa se instalou em Minas Gerais a não ser aquela de que fizeram a expansão, esquema de mineração com o Eike Batista, que está levando nossa pouca economia embora? Qual outra empresa se instalou em Minas Gerais? E por quê? Porque aceitamos a mentira do governo. Aceitamos que o governo vendesse para a população que Minas Gerais estava com suas finanças resolvidas, que tinha déficit zero, que não devia nada, que não tinha problemas na segurança pública, que não tinha problemas de penitenciária, que criou não sei quantas penitenciárias e não sei quantas vagas. Então Minas não tinha problemas, Deputado Lafayette de Andrada, e, quando o governo cobra do governo federal, dizendo que não coloca dinheiro aqui, na segurança pública, entendo que não deva colocar mesmo, pois eles enviam relatórios a Brasília dizendo que aqui está tudo bem, sem problemas, que está tudo resolvido. Então por que o governo colocará dinheiro? Para quê? Se não temos problemas...

Então precisamos fazer essas discussões. Às vezes misturamos o que estamos falando. Estamos tratando aqui de inversão de pauta, mas os interesses de Minas Gerais são uma discussão também.

Hoje, quando estávamos em Governador Valadares, juntamente com o Presidente, discutindo a questão da dívida, percebemos que o pessoal não tem o mínimo conhecimento de que Minas está falida. E não há defesa. Eu disse para alguns Deputados: “Como um Deputado vai chegar no interior e defender o governo do Estado quando for cobrado pelas salas multisseriadas? Como se defende isso? Isso não tem defesa”.

Então essa inversão de pauta deve passar por todo esse raciocínio e por todas essas dificuldades por que passa o nosso Estado de Minas Gerais, infelizmente.

Aproveito e mando um recado para o nosso Governador. Governador, deve ter aí aquela turma de puxação de saco, aqueles 60 jornalistas que ficam ouvindo a fala de todos, mas o senhor precisa assumir o governo, porque, depois que o Estado acabar de quebrar, que acabar tudo, ficará difícil a recuperação. Está na hora de o senhor fazer o que fez lá atrás na campanha do ex-Governador, o choque de gestão. Na verdade, ele virou um choque de gestação, porque agora está parindo um monte de problemas que, infelizmente, estão acabando com o nosso Estado de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, Deputado Paulo Guedes, mais uma vez digo que é uma honra falar da tribuna presidindo V. Exa. a nossa reunião de hoje.

Serei bastante breve para encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, em que solicita a inversão da ordem de discussão dos vetos. São dois vetos do Governador Anastasia, e ele solicita que se inverta a ordem: o veto à Proposição nº 20.846 passaria a ser apreciado posteriormente ao veto da Proposição nº 20.913.

Como hoje não há quórum para votação, isso daria condições para que, pelo menos, os vetos começassem a tramitar.

Sr. Presidente, vemos que a base do governo Anastasia nesta Casa anda muito desarticulada. Tenho dito que a base do Anastasia nesta Casa é pequena. A base real que existe até hoje é a base do projeto Aécio 2014. Aliás, o governo de Minas funciona um pouco dessa forma; por isso existe apenas o projeto “Minas sem Governo”, porque aqui tudo que se trabalha está focado no projeto futuro, de 2014, do Senador Aécio Neves. Então, Minas Gerais nada faz. A Assembleia Legislativa é assim também. Se alguém falar do

Senador Aécio Neves, há uma mobilização intensa dos Deputados da base do governo, que vêm a esta Casa, no caso de alguns, até mesmo com censura. Dizem: “Isso não pode, é o artigo tal!”.

Hoje, quando o Senador Aécio Neves foi citado – aliás, ele já voltou da Páscoa em Paris e está novamente no Senado -, quando um convidado fez sua análise do governo passado, ou seja, falou do Senador Aécio Neves, houve Deputado que solicitou a palavra pelo art. 164, para responder ao convidado. Vejam aonde chegamos. Nem os convidados da Assembleia Legislativa podem falar do Senador Aécio Neves, pois a censura logo se coloca, o censor vem rapidamente fazer a intervenção. Então a base do Anastasia... e o coitado do Governador, fica também prejudicado. Acho que isso acontece por culpa dele, pois não se impõe. E o seu governo acaba sendo a extensão do projeto 2014 do Senador Aécio Neves.

Encaminharei favoravelmente, pois isso pelo menos coloca em discussão os vetos e também nos possibilitará fazer um debate daqui a pouco sobre os projetos que vêm do governo acerca de endividamento do Estado. Olhei esses projetos, que virão logo na sequência, por isso o governo quer votar os vetos agora. Temos projetos em que o Estado pedirá para se endividar mais. No final do ano passado, foram sete bilhões. Não votamos, porque Minas já está quebrada, falida, e o governo reclama que os juros são altos. Entretanto, o governo, no final do ano passado, pediu mais sete bilhões. Se fizermos um levantamento nesta Casa dos empréstimos que foram pedidos nos oito anos do governo Aécio Neves, chegaremos a um valor próximo ou superior a 20 bilhões, que é maior que a dívida inicial de Minas Gerais, quando o Governador Aécio Neves assumiu o governo. Na época, ela era de 18 bilhões. Então, o déficit feito ou solicitado para a Assembleia Legislativa foi superior à dívida que existia quando Aécio Neves começou a governar Minas. Ele solicitou 22 bilhões. Essa foi a solicitação de Aécio e Anastasia de endividamento do Estado. Repito, quando Itamar deixou o governo, a dívida era de 18 bilhões.

Então, grande parte desse endividamento que reclamam hoje foi feita a partir de uma política – a meu ver equivocada – de endividamento do Estado e só não puderam fazer a privatização, porque nós, da Assembleia, aprovamos um projeto que proíbe a privatização da Cemig e da Copasa. Senão fariam aquilo que o neoliberalismo fez no Brasil durante os oito anos do governo FHC e faz no mundo até hoje, ou seja, endivida-se e privatiza para pagar a dívida. Foi esse absurdo que levou o Brasil à falência, nestes anos de neoliberalismo, que hoje, felizmente, são conhecidos como década perdida, a época em que FHC e o FMI mandavam e conduziam os juros no País. Naquele momento, não ouvi nenhum Deputado do PSDB nem do DEM, antigo PFL, falar contrariamente ao endividamento que o Brasil ia fazendo. O fato é que o Presidente Lula entrou no governo e a dívida externa caiu no esquecimento. Houve uma diminuição drástica. O FMI saiu do Brasil. Hoje o País empresta dinheiro ao Fundo Monetário Internacional, e Minas Gerais continua sendo o Estado mais endividado. Essa é a verdade sobre a dívida.

O Deputado Sávio Souza Cruz tem razão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão está fazendo uma grande discussão sobre o endividamento do Estado. Estamos fazendo uma discussão da redução da taxa de juros para que os Estados tenham maior capacidade de investimento. E o governo do Estado, via Assembleia Legislativa, aproveita para fazer peças publicitárias que não condizem com a verdade. Poderiam ser peças publicitárias do PSDB, mas da Assembleia Legislativa, não. Peças como esta: (- Lê:) “Juros altos pagos por Minas impedem mais construção de escolas no Estado”. Isso é uma mentira. O que impede que se construam mais escolas é o que o Tribunal de Contas deixou claro, por meio dos técnicos: o investimento na educação não foi de 25%, mas apenas de 19,55. E a outra: (- Lê:) “Juros altos impedem mais ações na área de saúde no Estado”. Mentira. O que impede mais ações na área de saúde é o investimento apenas de 7,68%, segundo o Tribunal de Contas, e não dos 12% constitucionais.

Querer colocar a incompetência do choque de gestão e da falência de Minas na conta dos juros da dívida do Estado, sinceramente, não é a melhor forma de governar. O governo deveria se preocupar porque o Estado vai mal, assumir que vai mal e parar de varrer a sujeira para debaixo do tapete e tentar enganar o povo com propagandas. Não dá para Minas Gerais viver desse jeito. Se os problemas da segurança pública também são os problemas dos juros da dívida, se os índices da segurança pública pioraram, é porque o governo não está conseguindo funcionar também nesse item. Ou, se há segurança, educação e saúde, poderíamos falar da agricultura familiar, pois não existem políticas públicas para o crédito fundiário. A Emater está sem técnico, não há concurso previsto para este ano, e isso tem prejudicado os pequenos e os grandes produtores. Isso não é problemas dos juros da dívida. Falta ao governo fazer com que a Emater abra a inscrição para concurso. É preciso colocar mais recurso no interior da Emater ou mesmo revindicar mais recurso do governo federal, que não vem na quantidade necessária, mas também vem.

Ora, o que estamos vendo é que o governo está parado. O projeto que tem funcionado em Minas é o “Minas sem Governo”. Quem me disse isso foi um Prefeito. E ele tem razão, esse é o único projeto que funciona no Estado. E qual é a atitude do governo? Consertar os erros? Não. A atitude do governo é encomendar à Assembleia Legislativa, porque aqui virou braço do governo do Estado, peças publicitárias da Assembleia. O horário nobre no Fantástico é usado para colocar propagandas que falam da Assembleia Legislativa e que o grande problema de Minas são os juros, de responsabilidade de União. Alimentam uma briga da Assembleia Legislativa com o governo federal, a qual interessa ao Senador Aécio Neves. Penso que isso não interesse ao Governador Anastasia, porque lhe interessa negociar com a Dilma, e não atacar a Presidenta. Pode interessar ao Senador Aécio Neves, é projeto dele atacar a Presidenta Dilma.

E a Assembleia Legislativa não colocou isso da votação na Mesa, porque não vi ata nenhuma onde constasse que a Mesa tenha deliberado sobre isso. Gostaria que o Deputado Paulo Guedes me dissesse se isso foi aprovado na Mesa, porque no Colégio de Líderes esse gasto da Assembleia não foi aprovado, para fazer esse tipo de propaganda com esse “slogan”. Isso não é correto do ponto de vista da Assembleia Legislativa, isso não foi debatido aqui, não está certo. Já disse isso ao Deputado Dinis Pinheiro, não foi correto. Estamos reclamando com razão em relação a essa questão. Não interessa sequer ao Governador Anastasia, se quer governar Minas, criar atrito com o governo federal. Pode interessar ao projeto do Senador Aécio Neves, mas Minas vive do projeto futuro do Senador em 2014, que não está nem aí para o Brasil, está lá na Place de la Madeleine, sorvendo uma taça de vinho branco, enquanto o Senado pega fogo, e Minas Gerais está falida. Tenha dó, Sr. Presidente. Votarei favoravelmente, até para ajudar o Governador Anastasia, porque, com esse Senador e esse projeto dele, Minas vai mal. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/4/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

nomeando Fernando Teixeira Frota Soares para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Mauro da Cunha Savino Filó para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 14/4/2012, que nomeou Angela Maria de Andrade Ferreira Paiva para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, jornada de 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 16/4/2012, Maria Consuelo Bouzas de Almeida do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Juliana de Andrade Paiva para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Zildete Fernandes Cordeiro para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2011**NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 87/2011**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital (exigência de atestado de capacidade técnica) do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços gerais, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e demais materiais necessários, a sessão pública virtual fica adiada para as 10h30min do dia 2/5/2012.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Nascimento e Pedrosa Associados, Consultoria em Engenharia Sociedade Simples Ltda. Objeto: consultoria de engenharia em patologia das construções, com relatório técnico descrevendo os danos no Edifício Tiradentes, com especificação de suas causas e das soluções para sua reparação. Vigência: 60 dias a partir de 4/4/2012. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, V, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Tribunal Regional Eleitoral. Objeto: desenvolvimento do Projeto Expresso Cidadania. Vigência: a partir de 1º/3/2012 até 1º/3/2017.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações. Objeto do aditamento: revisão dos preços em decorrência de convenção coletiva do trabalho, conforme previsão na cláusula 5.2 do contrato. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 21/3/2012, na pág. 23, sob o título "Gabinete da Deputada Ana Maria Resende", onde se lê:



“exonerando, a partir de 19/3/2012”, leia-se:
“exonerando, a partir de 17/3/2012”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.857/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/4/2012, na pág. 24, no fecho, onde se lê:
“Célio Moreira”, leia-se:
“Carlin Moura”.